

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Suplentes:
1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

Atos Administrativos

- Concorrência SRP nº 002/2015 - Convocação 02
- Extrato de Contrato nº 011/2015 - Processo nº 035/ALE/2015 02
- Resoluções nº 212 a 215/2015 - DGP 02

Atas Plenárias

- Ata da 2398ª Sessão Ordinária - Sucinta 02

Atas Comissões

- Comissão Especial Externa - Resolução nº 030/2015 - Edital de Convocação nº 001/2015 16
- Comissão Especial Interna - Resolução nº 029/2015 16
- Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle - Edital de Convocação nº 003/2015 16

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA - ATOS DA CPL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL
PROCESSO Nº 024/ALE/RR
CONCORRÊNCIA SRP Nº 002/2015
CONVOCAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima através da Comissão Permanente de Licitação, convoca as empresas interessadas para tomar ciência da decisão desta Comissão do processo em epígrafe, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos automotores, com e sem motorista, para atender a esta ALE-RR e seus anexos, para dar continuidade ao certame licitatório.

Boa Vista-RR, 19 de junho de 2015
Verona Sampaio Rocha Lima
 Presidente/CPL

DA PRESIDÊNCIA - EXTRATO DE CONTRATO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 011/2015
 PROCESSO Nº: 035/ALE/2015
 MODALIDADE: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, Art. 24, Inc. VIII da Lei 8.666/93
 OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS E OUTRAS AVENÇAS**
 CONTRATANTE: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**
 CNPJ: 34.808.220/0001-68
 CONTRATADO: **BANCO DO BRASIL S/A**
 CNPJ Nº: 00.000.000/0001-91
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.0103101.2011/339039-101
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores
 DATA DA ASSINATURA: 01/06/2015
 VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses
 VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
 PELA CONTRATANTE: Deputado **JALSER RENIER PADILHA**
 PELO CONTRATADO: **VALMIR COSTA DA SILVA**
 Boa Vista-RR, 01 de Junho de 2015
NIURA CARDOSO DE SOUZA
 Superintendente Administrativa

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
R E S O L U Ç Ã O Nº 212/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **MOISES GRANJEIRO DE CARVALHO Matrícula 16097** para viajar com destino a cidade de São Paulo - SP, no período de 22.06 a 26.06.2015, com a finalidade tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 19 de Junho de 2015
 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

Presidente
 Deputado **ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**
 1º Secretário
 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**
 2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 213/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **HELIO DE PINHO PINHEIRO Matrícula 13258** e **ODEMIR ANDRADE DA FONSECA Matrícula 16852** para viajarem com destino ao município de Rorainópolis, no período de 22.06 a 24.06.2015, com a finalidade

tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 19 de Junho de 2015
 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

Presidente
 Deputado **ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**
 1º Secretário
 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**
 2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 214/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **WILLIAN PEREIRA DIAS Matrícula 7581** para viajar com destino ao município de Rorainópolis, no período de 22.06 a 26.06.2015, com a finalidade tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 19 de Junho de 2015
 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

Presidente
 Deputado **ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**
 1º Secretário
 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**
 2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 215/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **PATRICIA VIEIRA BARBOSA Matrícula 14970**, **LENNO MAYCON DA SILVA Matrícula 9460** e **PRICILA ARAUJO AMORIM Matrícula 8827** para viajarem com destino a cidade de Manaus - AM, no período de 19.06 a 26.06.2015, com a finalidade tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 19 de Junho de 2015
 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

Presidente
 Deputado **ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**
 1º Secretário
 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**
 2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA
ATA DA 2398ª SESSÃO, EM 14 DE MAIO DE 2015.
49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
(em exercício)

Às nove horas do dia quatorze de maio de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima nonagésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo nono período legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Convido a Senhora Deputada Angela Portella para atuar como Primeira-Secretária *ad hoc*. Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à verificação de quórum.

A Senhora Primeira-Secretária (Angela Á. Portella) - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário (Izaías Maia) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queiram discuti-la, coloco em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária Deputada (Angela Á. Portella) – Senhor Presidente, o expediente consta do seguinte.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memorando nº 038, de 13/05/15, do Deputado Marcelo Cabral, informando a sua ausência na Sessão Ordinária dia 14/05/2015.

Memorando nº 0080, de 13/05/15, do Deputado Naldo da Loteria, informando a sua ausência na Sessão Ordinária dia 14/05/2015.

DIVERSOS:

Ofício nº 135, de 08/05/15, da Superintendência Regional de Roraima/Gerência Executiva de Governo Boa Vista - Caixa, comunicando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União, 4ª Etapa.

Ofício nº 136, de 08/05/15, da Superintendência Regional de Roraima/Gerência Executiva de Governo Boa Vista –Caixa, comunicando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União, 5ª Etapa.

Ofício Circular nº 222, de 23/04/15, da UNALE, convidando o Presidente da ALE-RR para participar da Solenidade de Lançamento da XIX Conferência Nacional da UNALE, em 11 de maio do corrente ano.

Ofício nº 264, de 06/05/15, da Associação dos Antigos Policiais Civis e Servidores do ex-Território Federal de Roraima, solicitando a Criação de uma Comissão Estadual de Acompanhamento ao Enquadramento dos Servidores na Emenda Constitucional 79.

Comunicado nº AL084975 de 28/04/15, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando a(s) liberação(ões) de recursos financeiros.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária (Angela Á. Portella) - Senhor Presidente, não há oradores inscritos.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Não havendo oradores inscritos, nesse momento, transformamos a Sessão Plenária em Comissão Geral, quando esta Casa estará ouvindo autoridades convidadas para tratar do diagnóstico do quadro atual da dependência química em Roraima, prevenção, atendimento, tratamento e criação de políticas públicas, atendendo a Requerimento nº 033/15, de autoria dos Deputados Angela Á. Portella e Soldado Sampaio. Esse Requerimento foi aprovado anteriormente.

Nesse momento, convido para fazer parte da Mesa, o Deputado Soldado Sampaio, que também é um dos autores do Requerimento.

Convido a Senhora Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e de Ação Social, Deputada Angela Portella, para assumir a presidência dos trabalhos da Comissão Geral sobre o diagnóstico do quadro de dependência química no Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) –Bom-dia a todos!Agradecemos a presença de todos que aceitaram o convite para participar dessa comissão geral.Vamos compor a Mesa.

Convidamos, para compor a Mesa, representando a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, Senhora Ana Alice Monteiro; representando o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Kalil Coelho, o médico Psiquiatra do CAPS AD, Doutor Cristiano Caldas Neri Alves; Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, Doutor Josué dos Santos Filho; Diretor do Bloco de Psiquiatria do HGR, perito no CAPS III e Professor da Universidade Federal, Doutor Wilson da Silva Lessa Júnior; ex-Deputado Estadual e Ex-Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, Senhor Joaquim Ruiz; representando o Comandante da Polícia Militar, o Coronel PM João Lins dos Santos Filho; o Coordenador Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, Coronel PM Egberto Carlos Ribeiro Lima; Líder do Movimento de Ajuda aos Dependentes Químicos, Senhor Darkson Correa Mota; Coordenador da Casa do Pai, Senhor José Romildo Ferreira Lessa Junior; Representando a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-RR, Doutor José Ruyderlane Ferreira Lessa; representante da Fazenda Esperança, Luciano de Figueiredo Simão; representante do Centro de Atendimento Psicossocial, Doutor Mário Sérgio Loures Carli de Oliveira; e Delegada da Polícia Rodoviária Federal, Doutora Verônica Santos de Albuquerque.

Quero cumprimentar a todos que compõem a nossa Mesa. Em nome do Dr. Josué, representando aqui o Governo do Estado, quero

cumprimentar os nobres Pares, servidores, imprensa, acadêmicos de diversos cursos das universidades. Faço um cumprimento especial a todos os servidores tanto do setor público quanto do privado que lidam com esse grande desafio que são as drogas. Quero desde já falar que estou engajada nesta causa, a qual tem sido um tormento para muitas famílias. Ao realizarmos essa comissão com o tema Diagnóstico do Quadro Atual da Dependência Química no Estado de Roraima, queremos buscar soluções para este problema que atinge, infelizmente, crianças, adultos, ricos, pobres, pessoas sem conhecimento ou pessoas graduadas. Não escolhe, e, está estampada na capa de jornais e revistas. É corriqueiro na TV e pode ser visto nas ruas da nossa cidade. A droga tem devastado as famílias, destruído sonhos, levado jovem à morte. É um problema de saúde pública. É um problema meu, seu. É um problema social e de polícia. Aqui, neste debate, ouviremos pessoas de relevância no assunto. O nosso objetivo é que Roraima possa elaborar um diagnóstico preciso da situação das drogas, o que são suas consequências, os danos morais, sociais e familiares. A desestrutura familiar vem, na maioria das vezes, por conta da drogadição. Então, é uma tarefa que envolve diversos atores da nossa sociedade, pois prevenção é ensinada na escola, em casa, nos postos de saúde, nas praças públicas é um papel nosso. É uma responsabilidade de toda a sociedade.

Outro ponto importante é o acolhimento, o cuidado com quem já é dependente, não podemos virar as costas para quem precisa de ajuda. O indivíduo que está dependente precisa de ajuda, porque é uma doença e ele precisa ser cuidado, porque nós sabemos que entrar no mundo das drogas é fácil, mas sair é muito difícil e precisa de acompanhamento. É uma luta interna, mas precisa de apoio externo, porque, muitas vezes, só o querer da pessoa não basta, é preciso tratamento, acompanhamento e uma mão amiga. É uma luta da família, do poder público e da sociedade. Temos que abraçar e acolher essas pessoas que, muitas vezes, estão andando nas ruas pedindo socorro, à margem da sociedade e que, às vezes, já perderam a dignidade e própria identidade. Essa política, ao ser formulada, tem de ser capaz de lidar com diferentes questões, desde a violência, o tráfico, o crime organizado, a destruição familiar até o tratamento oferecido. É por isso que esta Mesa está composta por pessoas que respondem a todos esses segmentos. Vamos todos fazer um pacto de mudança, cada um cumprindo o seu papel, sendo ator principal dessa causa para que possamos dizer à nossa família, aos nossos filhos e aos nossos jovens que Roraima é um Estado sem drogas. Vamos juntos proclamar: “Roraima sem drogas”. É para isso que estamos aqui, hoje, para discutir, mas também para propor. Muito obrigado!

Passo a palavra ao proponente dessa Comissão Geral, Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, Deputada Angela Á. Portella, Presidente da Comissão da Família nesta Casa, juntos propomos esse requerimento aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados. Quero aqui cumprimentar os demais colegas parlamentares, os Secretários de Estado aqui presentes, todos os presidentes de Conselhos, os representantes das comunidades terapêuticas em especial, a todos vocês que se encontram aqui, nesta manhã para nos ajudar nessa discussão tão importante.

Nessa data, 14 de maio, senhoras e senhores, estamos realizando a segunda Audiência Pública para tratar da dependência química no Estado de Roraima. Fizemos uma audiência parecida com essa em 2011, quando aprovamos requerimento de nossa autoria e fizemos, aqui, uma grande discussão naquele momento. Estavam aqui quase todos os secretários convidados, os Deputados. Foi uma audiência boa, pois fizemos um diagnóstico da atual situação das drogas no Estado de Roraima. Naquele momento, além do levantamento do diagnóstico, foram colocadas sugestões e propostas. Infelizmente, quase nada avançou, essa é a realidade. Mas, eu tenho como princípio ser muito teimoso e insistente. Estou aqui, novamente, com a Deputada Angela Portella e demais Deputados insistindo nessa discussão. Fizemos uma Indicação ao Governo do Estado. Recentemente, tivemos uma audiência com a Secretária do SETRABES colocando a nossa preocupação e, hoje, estamos aqui, mais uma vez fazendo essa discussão. Eu quero deixar bem claro que, nessa audiência, não queremos fazer somente um diagnóstico, mas que cada um trouxesse uma contribuição, uma proposta. É importante mostrarmos o trabalho que está sendo feito por cada secretário, por cada comunidade terapêutica, mas temos a plena consciência de que não é o suficiente. Queremos, acima de tudo, que, na fala de cada um aqui presente, haja uma proposta. Esse é o objetivo da nossa audiência hoje, colher proposta, colher sugestões para que possamos cobrar, de maneira efetiva, do poder público, tanto do

estadual como municipal, e desta Casa ações concretas a curto, médio e longo prazo.

Senhoras e Senhores, precisamos conhecer a situação da dependência química no Estado de Roraima, essa é a grande questão. Nós conhecemos essa problemática de perto? Nós conhecemos as causas? Nós temos dados estatísticos? A princípio, o conhecimento que temos é empírico, dados das ocorrências policiais, noticiários, os quais relatam que um dependente químico assaltou um comércio, agrediu um cidadão, essas são as informações que temos. Ficamos assustados quando, às vezes, sabemos que o filho do vizinho ou um parente é dependente químico e está sofrendo e aquela família não sabe mais o que fazer. Na minha experiência policial, já convivi com famílias que pediam para o policial prender o filho dependente químico, pois não sabiam mais o que fazer, ou seja, tentando jogar para a polícia a responsabilidade.

Senhoras e senhores, dependência química não é um problema só de polícia. É um problema da família, do Estado, das igrejas e da sociedade como um todo. A polícia faz o seu papel de reprimir, prender esses traficantes que levam essas drogas aos bairros periféricos, às escolas, ao centro, ao encontro de nossos parentes. Mas também cabe ao Governo do Estado e às prefeituras incentivarem boas práticas. Precisamos incentivar e reconhecer iniciativas como o PROERD, que vai às escolas ministrar cursos, orientando crianças a se afastarem das drogas. Precisamos reconhecer e valorizar trabalhos desenvolvidos pelas igrejas evangélicas e católicas, por meio das comunidades terapêuticas, que estendem a mão a essas pessoas que não encontram no governo e na prefeitura o devido apoio. E, está aí, esse belo trabalho desenvolvido por essas comunidades, de maneira voluntária. Quando muito cobram é uma taxa administrativa para arcar com despesas de luz, água e alimentação. Sabemos o quanto grande é a demanda nessas entidades e, mesmo que eles tenham a maior força de vontade possível, não conseguem atender. Quando se trata de menores de idade, nem as comunidades terapêuticas podem recepcionar, porque não têm amparo legal, a família tem de conviver com essa dificuldade. Quando é do sexo feminino também não é diferente, não há o devido amparo e comunidade terapêutica especializada para recepcionar. O que fazemos? Colocamos na penitenciária esses dependentes químicos? Ignorá-los? Virar as costas para o vizinho? Não funciona. Então, é isso que queremos trazer para discussão na manhã de hoje e pedir a contribuição de cada um. Dê clareza de que essa problemática não é só de polícia. É um problema da sociedade como um todo e é nesse sentido que estamos fazendo esse convite a todos os senhores aqui presentes. Quero, de antemão, conchamar os nobres colegas para que, na discussão do orçamento, possamos dar uma atenção especial a essa bandeira e alocar recursos para o SETRABES e para própria saúde para darem apoio. Queremos sugerir também que se crie e fortaleça uma parceria com as comunidades terapêuticas, uma solução em curto prazo e que Estado e Município criem um centro comunitário que possa abrigar os menores, mulheres e adultos, com tratamento humanístico cristão. Mas, acima de tudo, um tratamento com psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais. E que criem mecanismos para assessorar a família do dependente químico, a qual termina adoecendo. Isso eu falo, porque conheço algumas famílias com dependentes químicos as quais se envolvem tanto que, às vezes, não conseguem ajudar, porque estão precisando de ajuda.

Queremos conchamar também os órgãos públicos para que, realmente, efetivem ações de combate ao tráfico de drogas em Roraima. Peço ajuda à sociedade, porque nós, que moramos nos bairros, sabemos onde tem uma boca de fumo, onde tem um traficante. Que possamos denunciar, de maneira anônima ou através de representante da comunidade, à Delegacia da região, ao policiamento ostensivo da Polícia Militar. Dessa forma você estará afastando um local de venda de drogas de seu bairro e afastando do seu filho um traficante.

Quero também sugerir que o Governo do Estado e os Municípios desenvolvam uma campanha publicitária, orientando, na mídia, e chamando a atenção dos professores, servidores públicos como um todo, e das lideranças comunitárias, para que se engajem fazendo o seu papel. Então, é essa a minha contribuição. Tenho outras contribuições que vou deixar por escrito à Comissão da Família, presidida pela Deputada Angela. De antemão os técnicos da Casa já estão juntando as propostas, as quais queremos dar seguimento, quem sabe encaminhar, após essa audiência, um documento à Governadora do Estado, à Prefeita e à Presidência da Casa para estabelecerem políticas públicas efetivas de combate a esse crime, esse mal, essa doença que assola o Estado de Roraima, a dependência química. Muito obrigado.

O Senhor Representante do Secretário de Estado da Saúde,

Psiquiatra responsável pelo CAPS, Doutor Cristiano Caldas – Bom-dia a todos! Como já foi citado, eu sou o Doutor Cristiano, sou psiquiatra, trabalho aqui no Estado há cinco anos e desde que cheguei estou lidando diretamente com esse tipo de paciente, o dependente químico. Tanto no antigo ISAN, que fazia o acompanhamento ambulatorial, no CAPS AD e no HGR. Lidamos diretamente com paciente em abstinência física do álcool e da droga. Sempre lembrando que o álcool também traz prejuízos importantes para o paciente e para a família que o cerca. A política estadual hoje que com a implementação do CAPS tem dado um passo, ainda é um pequeno passo, mas já tem. Desde que eu cheguei, nesses cinco anos, tem evoluído bastante nesse ponto do olhar do dependente químico. Quando eu cheguei aqui, não tinha um local específico para esse paciente. A gente fazia o acompanhamento dele lá no ISAN, que era um ambulatório geral de psiquiatria e a gente contava com o tratamento muito específico. Hoje não. O CAPS apresenta um acompanhamento multidisciplinar: acompanhamento médico, psicológico, assistente social, educador físico. Temos uma estrutura melhor, ideal? Longe disso, mas a gente vê. Eu, que estou acompanhando de perto, vejo certa implementação.

O auxílio às unidades terapêuticas tem sido muito importante. A gente sabe que o Estado ainda não conta com uma clínica para dependente, que tenha psiquiatra, médicos, que tenha essa equipe multiprofissional. Então, o paciente, quando precisa de uma internação, quando está em quadro que a gente não consegue fazer o tratamento ambulatorial, tem contado com ajuda mesmo que, entre aspas, informal, das comunidades terapêuticas.

Hoje se pergunta como é feito esse tipo de acolhimento. Complementando o que o nobre Deputado Soldado Sampaio falou, a gente tem que ver não só do ponto de vista policial ou social o uso da droga, mas, principalmente, do ponto de vista da saúde. A dependência química é um problema de saúde, é um transtorno mental, é uma doença. A gente tem de sempre priorizar o atendimento médico. Então, se você tem algum familiar ou suspeita de que você mesmo possa estar passando por alcoolismos ou dependência química, faça, primeiramente, um acompanhamento médico. O especialista que trata da doença dependência química é o psiquiatra.

Então, hoje o CPAS AD funciona 24hs por dia, durante sete dias da semana, para acolhimento, na hora em que for necessário. Às vezes, o dependente químico tem um lapso, quer parar o tratamento, chega, às vezes, em uma situação que vislumbra interromper o uso tanto do álcool, como das drogas. É nesse momento que irá ser encaminhado ao CAPS AD. Lá ele vai ser acolhido qualquer dia da semana, 24h, dia e noite e de lá ele vai ser encaminhado, dependendo do grau dele. Se realmente é dependente ou se é um abusador, outro tipo de paciente que não tem aquela dependência de usar todos os dias, mas faz o uso esporádico e, nesse uso, corre o risco de uma overdose, risco de vida existe também.

Então, a gente faz esse acolhimento, vai ser encaminhado para o psiquiatra que vai decidir a forma de tratamento daquele usuário. Se ele vai fazer um acompanhamento psicoterápico, se vai ser encaminhado para a psicologia, se precisa de algum medicamento auxiliar. Nem todo mundo precisa de remédio. Dependendo do caso, vai ver se aquele usuário tem perfil para ir para a comunidade terapêutica. Como eu disse aqui a gente tem esse lapso, pois não temos uma clínica de internação. Quando o paciente chega com tremor, diarreia, convulsões, a gente faz o encaminhamento, para o HGR, que conta com 11 leitos não específicos para dependentes. Os pacientes com crise de saúde mental, vão ser levados para lá, para internação de 10 a 15 dias. Com a melhora, há encaminhamento para o CAPS AD ou para as comunidades terapêuticas.

Então, o apelo é esse. Como já disse, temos de fazer proposta. A proposta seria uma melhora nessa rede. A questão, talvez, na comunidade terapêutica, do auxílio médico, psiquiátrico. Engraçado como as coisas acontecem. Essa semana mesmo eu recebi, na terça-feira, um paciente psiquiátrico que estava internado na unidade terapêutica e teve de sair para fazer o atendimento CAPS, porque apresentou um episódio de convulsão. Graças a Deus, os profissionais conseguiram contornar, fizeram os cuidados necessários, mas a gente sabe que o episódio convulsivo, se não tratado adequadamente, pode levar o usuário à morte. Já pensou o usuário quer parar de usar drogas e morrer pela falta dela? É isso que eu quero deixar, esse alô para gente ver isso, encarar a dependência química como um problema de saúde, principalmente. Se a gente não tiver esses olhos, infelizmente, não vai ter sucesso ao lidar com a situação. Obrigado!

A Senhor Presidente (Angela Á. Portella) – Obrigada pela sua valiosa contribuição.

Vamos chamar, para fazer uso da palavra, o Doutor Wilson da Silva Lessa Júnior, do bloco de psiquiatria do Hospital Geral de Roraima, perito no CAPS III e professor da Universidade Federal de Roraima.

O Senhor Diretor do Bloco de Psiquiatria do Hospital Geral de Roraima, Perito no CAPS III e Professor da Universidade Federal de Roraima, Doutor Wilson da Silva Lessa Júnior – Em primeiro lugar, quero agradecer a Deputada Angela Portella que fez o convite, também cumprimentar os componentes da Mesa e as pessoas que vieram à Casa do povo.

Gostaria de colocar, para vocês, que a questão do uso de drogas e de substâncias psicotrópicas remonta à própria história da humanidade. Apesar de nós termos o problema atual, é uma coisa que acontece há muito tempo. A grande questão é que hoje em dia a gente vê um grande impacto social, econômico e psicológico.

O Doutor Cristiano falou um ponto importante, a questão do álcool. Hoje a gente fala álcool e outras drogas a impressão que se tem é de que o álcool fica um pouco longe disso, mas ele é uma droga, uma coisa que a sociedade civil deveria começar a pensar em brigar. Seriam algumas ações práticas, por exemplo, a repreensão, sabidamente, desde os anos 60, 70, nos Estados Unidos, desde o Governo Nikson. Vocês acham que ela conseguiu diminuir, aumentar, ou manter o índice do uso de drogas relativo à população? Se não aumentou, pelo menos manteve, ou seja, não diminuiu. Repreensão é importante, de certa forma, para colocar traficante na cadeia. O que acontece é que quando a gente não tem essa visão de saúde, pensa que a repreensão vai poder diminuir o consumo de drogas. A gente acaba, de certa forma, enchendo as nossas prisões de pessoas que são dependentes químicos. Por exemplo, vocês sabiam que não existe uma quantidade específica de drogas para a pessoa hoje ser tida como um traficante ou como usuário? Não está bem estabelecido isso. Eu conheço pessoas que estão presas na Penitenciária Agrícola por serem pegadas com quantidade de 20, 30 gramas de maconha. Isso, para uma pessoa que fuma muito, é mais ou menos para o uso durante uns 10 dias, ou seja, ela foi pega com essa quantidade, aparentemente, grande, e foi presa como traficante. Então, a primeira coisa é fazer um diagnóstico. Essa pessoa que foi pega com tal quantidade de drogas é dependente, traficante ou abusador? Isso a gente não tem ainda e, muitas vezes, essa pessoa passa 2, 3 anos na prisão para poder fazer uma perícia com a gente e podermos dizer: “não, essa pessoa é dependente”, ou seja, ela ficou três anos presa no sistema, mas não resolveu muito a situação dessa pessoa.

Em relação ao diagnóstico do que acontece aqui em Roraima, o atendimento, como o Doutor Cristiano falou, de cinco anos para cá, melhorou bastante, mas ainda precisamos melhorar muito mais. Quando a gente diz rede de atenção psicossocial, a gente está dizendo de várias instituições ou instrumentos que compõem essa rede.

Com relação ao tratamento de álcool e drogas, a gente vai ter desde a atenção básica, de verificar quem tem uma situação de vulnerabilidade, quem é o abusador, ou mesmo quem é o dependente da atenção básica. Vamos ter também os serviços mais especializados, como o próprio CAPS. Além do CAPS AD, para identificar quem tem sintomas de drogas, temos o Hospital Geral, para situação de crise aguda de abstinência ou psicose dos usuários de drogas, o que é muito frequente também. Deveríamos ter uma coisa que se chama unidade de acolhimento um local específico para alguns pacientes com dependência química que, de certa forma não têm um bom suporte social, ou seja, não têm local para morar. Esse local seria o adequado para morar, mas não temos ainda as unidades de recolhimento. A residência terapêutica não é a finalidade para dependência química, mas também não temos no Estado, isso a gente pode conversar em outras audiências públicas com a comunidade terapêutica. Ah! Mas nós temos uma comunidade terapêutica? Sim. Tecnicamente temos uma comunidade terapêutica, que é a Fazenda Esperança. Digo para vocês, é muito difícil manter a Fazenda Esperança, com uma verba de 15 mil reais, que vem do Governo Federal. Agora, você imagina 15 mil reais, para se não me engano 15 pacientes, ou seja, custam mil reais por paciente. Isso não dá para pagar funcionários, gente. A Fazenda Esperança está fazendo das tripas coração para poder manter essas pessoas. Para se ter uma ideia, quem tem um pouco de condições para fazer uma análise psicossocial, paga um salário mínimo e mais uma sexta básica, mas quem não tem, consegue a liberação disso. Ou seja, se há uma comunidade terapêutica que está dentro do SUS, isso não pode estar acontecendo. Não estou falando mal da Fazenda Esperança, estou dizendo que, com essa verba que eles recebem, de 15 mil reais por mês do Governo Federal, não dá para fazer muita coisa. Agora, eles poderiam ter uma contra partida do Estado. Eu estou dentro da lei,

para quê? Para o Estado pagar funcionários que estejam por ali, e não precisa de muita coisa. Se a gente tiver um enfermeiro e dois técnicos em enfermagem com especialização nessa área de dependência química, cada grupo poderia ficar 10 dias ali, integralmente, ao invés de ir e voltar no final do dia. Se tivéssemos três grupos, cada um ficando 10 dias seriam nove funcionários de saúde para estar ali naquele local. E é preciso, gente, porque só tem um monitor. A gente sabe da boa vontade, mas muitas vezes é importante que tenha um agente da saúde, um enfermeiro, um técnico em enfermagem dando esse apoio também. Logicamente, que seria muito importante se tivesse visitas frequentes, pelo menos uma vez por semana, de psiquiatras e, se possível, um psicólogo que acompanhasse de segunda a sexta-feira.

Nesse momento, encerro a minha fala, mas vou chamar a senhora Sandra. Ela veio de São José dos Campos para cá, o irmão dela a trouxe, porque ela estava com problemas de drogas lá. Não é uma pessoa que usa drogas de longas datas, faz dois anos de uso, começou a usar drogas por vulnerabilidade de uma depressão. Aliás, muitas pessoas começam a usar drogas e ficam dependentes, mas, antes disso, elas têm de ter um diagnóstico de ansiedade ou depressão, e a droga muitas vezes vem para tentar aliviar esses sintomas da ansiedade e da depressão. Logicamente, isso piora e traz outras consequências. Gostaria de chamar a senhora Sandra para contar, brevemente, a história dela e o que ela percebe em relação ao serviço de saúde hoje aqui no Estado de Roraima.

Hoje ela está internada no Hospital Geral. Não sei se o Doutor Cristiano falou, mas, mais importante que tempo de internação é a pessoa ter uma proposta real de reinserção na sociedade. Não adianta passar um ano em clínica e sair sem esse contato, sem essa reinserção. A pessoa tem uma vulnerabilidade muito grande de voltar a usar drogas. Então não é o tempo de internação, é a intensidade dos cuidados que a pessoa tem que vai ajudar a ficar longe das drogas.

A Senhora Sandra – Bom dia, meu nome é Sandra. Tem quatro meses que estou morando aqui. Eu fui morar nas ruas, lá no beiral, usando drogas, sem lugar para ficar. Foi quando tive o apoio do Doutor Lessa, que me ajudou bastante, ele me levou para Fazenda, pra eu ficar lá. Fiquei dois meses sem drogas e voltei, porque lá não tem enfermeiro, não tem uma pessoa para estar olhando pela gente. Então, eu gostaria muito que tivesse uma pessoa lá, para eu poder voltar. Eu não posso voltar sem a presença de um profissional do meu lado, e eu estou assim, tenho de ficar lá na fazenda.

O Senhor Diretor do Bloco de Psiquiatria do Hospital Geral de Roraima, Perito no CAPS III e Professor da Universidade Federal de Roraima, Doutor Wilson da Silva Lessa Júnior, continua. – Eu fiz questão de chamar Sandra porque hoje não existe local para tratar mulheres numa situação de comunidade terapêutica em Roraima. A Fazenda Esperança só aceita homens, até pela estrutura deles. Eu vim trazer uma proposta real de a gente criar uma unidade terapêutica para atender mulheres pelo SUS. E qual seria essa proposta? Só precisamos desses nove funcionários da saúde, três enfermeiros e seis técnicos de enfermagem, psiquiatra, Doutor Cristiano, eu, a Doutora Thais e a Doutora Cinara, que também já se comprometeram a ir cada um em um final de semana. Se tivéssemos esses funcionários, a gente conseguiria um psicólogo, quem sabe também o resto a gente consiga levar.

Então, a proposta real a vocês é com relação ao atendimento às mulheres. Hoje não temos atendimento para mulheres, isso não é uma realidade, só de homem e de adolescente. Você vê a dona Sandra começou a usar drogas apenas há dois anos. Tinha uma vida, cozinheira de mão cheia, e nessa situação ela está vulnerável. Infelizmente, eu não pude continuar deixando ela na fazenda, porque ela também tem um transtorno mental associado, e sem acompanhamento de um enfermeiro ou técnico em enfermagem, ela fica vulnerável a isso também.

Mas eu acredito que a sociedade vai ser sensível com isso, os nobres Deputados, se Deus quiser e Ele quer, a gente vai conseguir um avanço para as mulheres no Estado. Obrigado.

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Agradecemos o Doutor Lessa, sempre presente nas nossas discussões.

Chamo para compor a nossa Mesa o Senhor Luciano de Figueiredo Simão, representante da Fazenda Esperança.

Quero também cumprimentar a Promotora de Justiça Doutora Lucimara Campanelli, Promotora de Justiça de Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher.

Quero cumprimentar a Senhora Rosa Correia dos Santos, da Liga Roraimense de Combate ao Câncer; a Senhora Leila Oliveira, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Mucajaí; a Senhora Gleice Mota, Secretária Municipal de Assistência Social de Amajari; e

a Senhora Nádia Soares, Coordenadora Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Quero chamar o ex-deputado Joaquim Ruiz, que está aqui na condição de pai de dependente químico, para fazer uso da palavra.

O Senhor Superintendente Geral da Assembleia de Roraima, Joaquim Ruiz – Bom-dia a todos. Eu acho que aqui a gente de que ser bastante objetivo. Esse é um tema que, quando Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia, debatemos muito. Eu acho que a gente precisa hoje, dar uma resposta à sociedade com muita urgência.

O Doutor Lessa é um abnegado, então, que ele fala aqui só merece aplausos, porque muitas vezes ele faz as coisas fora do expediente, usando muito mais o coração do que a razão, com esse problema que afeta a nossa sociedade.

Hoje não sei onde está o meu filho. Mas também vejo que não adianta todo esse trabalho do Estado e das igrejas se não fizermos uma repressão violenta nas fronteiras do nosso país.

Entram armas de calibre pesado que a gente não faz no país. A droga se espalha abertamente e o Governo Federal não faz fiscalização e nem repressão, o que era para ser feito. Dói o coração de um pai quando vê 10 tubos de desodorante sendo presos nas fronteiras e não vê 10 quilos de cocaína. É papel dos órgãos fiscalizadores prender o sujeito que está com 10 tubos de desodorante para ganhar o pão de cada dia, mas também de prender o sujeito que está com 10 quilos de cocaína, que mata não só o dependente, mas também a família, que vai junto.

O governo brasileiro deve à sociedade. Já fez um programa em relação ao tabagismo, que foi um sucesso, Doutor Lessa. Baixou, insistentemente, os dados em relação aos fumantes no nosso país. Por que não faz um trabalho igual em relação aos problemas das drogas que chega muito mais no lar, nos jovens e na criança? Meu filho começou com 12 anos, na escola Airton Senna. É difícil. Se fizer um programa desse, em nível nacional, vão melhorar os resultados.

Quero me ater a Roraima, Casa Pai. Porque não dão? Não podem só se referir à Prefeitura de Boa Vista, porque o problema é do Estado. Eu andei por esse Estado todo. Em Mucajaí, em uma semana de pesquisa, mas de 15 famílias nos procuraram quando foi para instalar a Fazenda Esperança. Fiz parte dessa instalação, consegui ceder àquela área, que estava abandonada. Antes, era a Vila São Raimundo, mais de 15 famílias, em uma semana, se apresentaram querendo fazer o cadastro para atender as filhas. Estou falando do município de Mucajaí. Imagine aqui. Imagine Rorainópolis. Nós não temos uma casa para recuperar as crianças do sexo feminino e a Casa Pai, se tivesse apoio, através de convênio, teria condições de instalar uma casa feminina. A Fazenda da Esperança tem condições imediatas de dar esse apoio. Daqui que o Estado vá construir uma unidade e absorva essa demanda que nós temos em Roraima, muitas pessoas que poderiam não entrar nas drogas, já estarão nas drogas. E isso a gente não reverte.

Então, vejam o seguinte. Duas instituições que existem aqui com trabalho extraordinário, pela fé, por Deus, são vocês e a Fazenda da Esperança. O Estado tem a obrigação, sim, de fazer um convênio, de dar oportunidade, de contratar o pessoal da área de saúde e colocar à disposição dessas duas instituições para que a gente comece de imediato atender essa demanda. A demanda é muito grande, o Senhor sabe disso Doutor Lessa.

Então, o senhor é muito mais abnegado, que uma estrutura de saúde em defesa desse problema, que é uma doença, como disse o Diretor do CAPS. O Senhor é um abnegado, porque a saúde. Não estou fazendo crítica ao governo, longe disso, estou fazendo uma crítica ao Estado, é diferente. É muito diferente quando a gente vai criticar a Governadora. Como o senhor colocou, faltam políticas de Estado e, quando falo Estado, é de Brasil. 15 mil reais para Fazenda Esperança. Quanto para vocês? Zero. Sabe o que representa 15 mil? É aquilo que o Senhor disse nada. São mais de 30 jovens. Semana retrasada eu estive lá vendo o problema e a gente, e falo a gente porque sou pai de um dependente químico, a gente não tem apoio de nada. É muito fácil como a gente consegue levar um filho lá para o CAPS. O senhor sabe disso.

Então, gente, desculpe a emoção. Eu não sei onde está o meu filho. Já tentei tudo, pela fé, levei para fazer tratamento, para recuperação fora do Estado, mas tem muito mais dele, da pessoa. No Brasil, a gente não pode fazer o processo repressivo, como São Paulo fez agora. A própria justiça foi lá e proibiu que ele fosse, por meio de repressão, internado em uma clínica. A justiça negou e a família fica sem chão, porque chega um momento que não tem como ir pelo amor, pela família, pelo carinho. Não tem como. É muito pouco o que se recupera. Mas o que se recupera, salva uma vida. Vocês que trabalham

nessa área sabem o que eu estou falando. Temos vários exemplos aqui. Eu tenho depoimento, de gente que se recuperou na Casa Pai e de gente que se recuperou na Fazenda Esperança.

Deixo isso, aqui, para reflexão. A Assembleia pode, junto ao Estado, cobrar um convênio para atender a Casa Pai e a Fazenda Esperança, para que possam implantar uma casa para atender as crianças e adolescentes femininos. A Casa Pai, que não recebe nada, que receba para manter a casa masculina e possa implantar a casa feminina, porque o pastor sabe que tem condições de fazer isso. Muito obrigado!

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Obrigada, Senhor Joaquim Ruiz. Como disse no início dos trabalhos, a nossa audiência é propositiva mesmo. Estamos aqui para fazer uma carta de intenções, com a qual todo mundo contribua de alguma forma. Obrigada!

Quero chamar, para fazer o uso da palavra o Líder do Movimento de Ajudar aos Dependentes Químicos, Senhor Darkson Correia Mota.

O Senhor Líder do Movimento de Ajuda aos Dependentes Químicos, Senhor Darkson Correia Mota. – Bom dia! Queria estar aqui por outros motivos, mas estamos por uma razão que é bem séria.

Me chamo Darkson, me conhecem mais por Quinho. Eu milito nessa área de dependência química há mais de 12 anos. Então, conheço toda a estrutura relacionada à questão da dependência. Passei pelo problema também e hoje, de alguma forma, pela misericórdia de Deus, Deus me conduz para estender a mão para essas pessoas.

Quero dizer aos Deputados, temos aqui sentadosseis Deputados, ali consta a presença de 16. Vocês Deputados, como lideranças, como autoridades, estão tendo uma oportunidade de dar uma resposta à sociedade. Eu quero que vocês olhem as críticas que vão ser feitas aqui, críticas construtivas e não destrutivas, e olhe para realidade de Boa Vista. Hoje Boa Vista é uma boca de fumo aberta, hoje Boa Vista é uma realidade com os muros sociais desprotegidos, caídos. Quero dizer para o Doutor Lessa, que é um militante na área, se o CAPS melhorou, não sei o que é pior, porque trabalho há mais de 10 anos vendo toda essa estrutura. Entra governo, sai governo, entra Deputado, sai Deputado, entram autoridades, saem autoridades, e a história é a mesma. O que nós estamos querendo aqui, Deputados, é sair com uma resposta. É propositalmente mesmo a gente quer sair com uma coisa concreta, palpável. Que a gente possa dizer, depois dessa reunião, nós podemos fazer tão ação, porque, de palavras, já estamos cansados, essa é a grande verdade. Palavra por palavra, todo mundo fala o que quer. O CAPS até hoje não tem estrutura suficiente para atender a demanda. A gente tem caminhado com alguns companheiros que trabalham no CAPS. Há dia em que falta até alimentação, os dependentes químicos têm de conseguir um chambari, alguma coisa para comer. A situação é feia. Você vai para o Hospital Geral, e as pessoas que trabalham lá não estão preparadas para receber um dependente químico, não tem um lugar adequado, específico. Ai você vai para estrutura de internação, não tem nenhuma para o usuário de drogas. Então, está na hora de o Estado dar uma resposta, está na hora de vocês, Deputados, sentarem, se reunirem e alocarem recursos para que a gente possa resolver, paliativamente, esta questão da dependência química. Daqui a pouco o JR vai falar, eu acredito que vocês vão se impressionar com os números que ele trouxe. Hoje era para estar em massa, todos os Deputados, o Secretário de Saúde, porque isso é de interesse público e de saúde. Nós estamos vendo aqui no beiral o que é uma vergonha exposta a céu aberto para todo mundo. Eu trabalhei no Rio de Janeiro nas favelas, tirando o pessoal do tráfico de drogas, como em Belferexo, Duque de Caxias, lugares onde os comandos dominavam. Hoje a polícia entrou no Complexo Alemão e estabeleceu uma bandeira. O Beiral tem quatro ruas, mas a polícia não estabeleceu nada lá. O Complexo Alemão possui 350 mil pessoas, então tem que ser feito alguma coisa e com urgência. Se for para estabelecer uma UPP lá dentro, que se estabeleça, mas tem de levar prevenção, recuperação, saúde, educação, lazer. É um aparato todo, não é só uma área específica para trabalhar, é um todo que tem de que trabalhar. Então, quero chamar atenção de vocês, de coração, não estou aqui para intimidar nem afrontar ninguém. A sociedade quer uma resposta, muitas famílias não vêm porque tem vergonha. Muitas famílias que têm usuário de drogas não vêm para cá, porque tem vergonha de se expor, porque a sociedade é preconceituosa. Há dificuldade em admitir que tenha um filho usuário de droga. Quero dizer uma coisa para vocês, dependência química é uma doença, não é defeito de caráter. Não é porque a pessoa não vale nada, é safada ou não presta, que não mereça, de certa forma, apoio dos governantes. Tenho uma sugestão rápida e direta. Nós temos a fazenda Uramim, que servia

para o tráfico de drogas, onde foi preso o traficante Alexandre Ruom, há 14, 15 anos atrás. Ele foi encontrado nessa fazenda pela Polícia Federal com 209kg de cocaína, era tão invocado que ele viajava abaixo do radar no teco-teco dele, aterrissava na fazenda, tinha pista, botava a droga e viajava abaixo do radar para o Suriname e de lá para Europa. Comprava em Tabatinga, fronteira da Colômbia, por 500 dólares e vendia por 40 mil dólares na Europa. Eu quero sugerir, aqui, para vocês autoridades, transformem essa fazenda em uma casa de recuperação, nada é mais nada justo que isso, pois é uma fazenda com toda estrutura. Hoje, se não me engano, estão criando cavalos da PM. Tira os cavalos e põe gente. Não sou contra os cavalos, podem até cria-los lá, tem espaço para tudo. Dá para fazer um trabalho legal, dá para casa de recuperação legal, fazer um espaço para mulheres. Hoje, só para vocês terem uma ideia, há crianças de nove anos usando drogas em Boa Vista. Espero que esse parlamento, essas autoridades que estão aqui, mobilizem-se e aloquem recursos para isso. Tem a Casa do Pai, vamos sentar, reunir, gerenciar, ver o que falta, o que precisa. Tem a Fazenda Esperança, AGAPÃO do Pastor Carlos, a gente pode fazer alguma coisa. Estava aqui conversando com o Coronel do PROERD. Sabem quantas pessoas trabalham no PROERD? Dez, para fazer uma prevenção com 76 mil alunos. Você acha que isso vai surtir efeito? Não vai surtir. Precisa-se de apoio ao PROERD, precisa que o comando lá de cima observe e diga: poxa, é melhor prevenir do que recuperar, melhor trabalhar para prevenção do que recuperar. Em nossa penitenciária, praticamente 70% dos presos é por causa de drogas, 85% das mulheres que estão presas é por causa de drogas. O sistema prisional hoje é um caos por causa das drogas. Eu sugeri para o Secretário de Segurança, na gestão passada, que ele fizesse um trabalho de recuperação dentro da penitenciária. Ele disse não pode! Não podemos ter medo dos traficantes, dos crimes organizados. Ou nós os enfrentamos ou eles vão nos engolir.

Quero deixar aqui o meu apoio. Estou disposto a ajudar, já contribuí 12 anos. Lutas e pessoas passando por essas mãos em recuperação. Se eu fosse mostrar o tanto de gente que passou em recuperação e que hoje está bem, acredito que muitos de vocês ficariam impressionados. Recuperação funciona, faz com que as pessoas se tornem melhores. Hoje se gasta, o Secretário de Justiça e Cidadania vai falar sobre isso, três mil ou 3.500,00 reais com o preso, em uma casa de recuperação, não se gasta mil e duzentos reais.

Senhores e Senhoras, povo de Boa Vista, é uma vergonha o que estamos vivendo em nosso Estado. Eu tenho dificuldade de acreditar que um Governador, uma Prefeita, 24 Deputados Estaduais, três Senadores, 08 Deputados Federais e 21 Vereadores não têm condições de resolver o problema de uma população que não chega a 400 mil habitantes. É um bairro de São Paulo. Mais a gente está junto para vencer essa luta, paliativamente. Quero dizer uma coisa o trabalho é árduo e há muito para fazer. Eu, muitas vezes, já fui ameaçado pelo trabalho que faço, mas não tenho medo. Se um dia tiver de morrer por causa desse trabalho, vou morrer feliz, porque sei que vidas vão ser resgatadas. Muito obrigado!

O Senhor Presidente em exercício, Deputado Soldado Sampaio - Quero agradecer o Senhor Darkson Correa.

Passo a palavra ao Coordenador da Casa do Pai, José Romildo Ferreira Lessa Júnior.

O Senhor Coordenador da Casa do Pai, José Romildo Ferreira Lessa Júnior – Bom-dia a todos! Gostaria de saudar esta Casa pela iniciativa, saudar o Pastor Lima, que é o nosso líder da Igreja da Paz, saudar os Membros do Conselho, Omer e Omebe, que estão presente aqui, representando estas instituições.

Infelizmente, Darkson, é o que temos nesta manhã, uma proposta para que os Deputados pudessem discutir, de fato e de verdade, essa situação, mas, infelizmente, nós não temos o interesse dos Senhores Deputados para discutir esse assunto, então vamos discutir com a sociedade.

Essa é a segunda Audiência Pública sobre esse assunto. Infelizmente, como o próprio Deputado Sampaio citou aqui, não houve nenhuma resolução por parte desta Casa, ou Governo, ou de qualquer instituição que atendesse o dependente químico. Não vou entrar na discussão se está saindo 15 mil para Fazenda Esperança, não vou dizer também que não tem a Casa do PAI nenhum recurso, nenhum centavo dado pelo Estado ou qualquer outra instituição. Não vou entrar nesse mérito, porque são pessoas, vidas, famílias que precisam da nossa mão estendida. É nós unirmos forças, é isso que queremos, levantar a bandeira aqui. Sobre a abordagem, Dr. Lessa, existe vários tipos. Uma clínica de recuperação é uma coisa, uma comunidade terapêutica é outra coisa, nós precisamos estar cientes do que é uma clínica e uma comunidade terapêutica. Nós precisamos de uma mão

estendida, precisamos, sim, do poder público para atender as pessoas. Estou com uma lista de nomes, aproximadamente 749 pessoas, que estão esperando uma vaga para se internar na Casa do Pai. Eu sei que, na Fazenda Esperança, também tem, na AGAPÃO e em outros trabalhos que estão fazendo aqui, essa busca de família desesperada. No depoimento do Senhor Joaquim Ruiz, ele se mostrou sensibilizado com a causa, mas ele foi Deputado. A luta que podemos travar, é o que pode ser feito. Não tem uma ação. Fazer um diagnóstico, hoje, da dependência química no Brasil e em Roraima, para ser bastante exagerado, é decretar um Estado de calamidade pública. Infelizmente, é isso, não tem como, porque o descaso das autoridades é muito grande, não existe uma consciência. Prova disso é o que estamos vendo aqui. Aqueles que deveriam estar aqui para propor, fazer Emendas para levar esse tratamento até as pessoas não estão. Essa falta de atendimento das famílias com os dependentes o que muitas vezes sabemos sobre dependência química é o que ouvimos nos jornais, é o que ouvimos nos noticiários. Nos noticiários, 80% estão ligados à dependência química à droga. Mas está na hora de nos unirmos e mudarmos essa questão. Nós devemos olhar a dependência química pelo seguinte ponto: Dependente químico, bandido ou doente? Para muitos, é bandido e precisa do estado repressivo para prender e colocar na cadeia, mas temos visto que não é só colocar na cadeia, não é uma questão repressiva, porque a dependência química é uma doença comportamental também. E aqui eu quero abrir um parêntese com relação aos resultados mais significativos que nós temos no processo de recuperação: se chama comunidade terapêutica! E há alguns dias atrás... Eu defendo que a dependência química é uma doença psíquica, biológica, e espiritual, precisa do tratamento das três bases para tratar o dependente químico. Não adianta colocar em um centro de dependência química apenas para o tratamento medicamentoso ou a farmacologia, infelizmente, a gente tem visto que a resposta é contrária. O senhor há de concordar comigo que quando um dependente químico é ministrado com algum remédio ou faz uso de alguma substância, esta se potencializa e ele parte para um nível pior ainda. Então, nós temos de levar em consideração esse ponto. O que nós queremos, na realidade, é fazer uma proposta, precisamos atender essas pessoas. Daqui a pouco, vou trazer as pessoas, para que vocês conheçam, que passaram pela Casa do Pai e vocês vão olhar quantos são. Existe uma estatística no mundo que diz que, de 10 que entram em uma recuperação, cinco abandonam o tratamento no meio, e apenas um desses cinco restantes conseguem. Mas, graças a Deus, os nossos números são muito maiores que esses, nós temos visto que realmente chegamos a torno de 45% de recuperação dos que passaram pela nossa instituição. O que a gente precisa fazer? Não tem como criar o centro imediatamente! Se você assistiu ao jornal ontem, viu, no Beiral, um jovem quase perder a vida. Em todo o Estado é assim. Nós vamos esperar a construção de um centro que foi proposto na última Audiência Pública há dois anos, mas não foi feito nada, ou nós vamos cruzar os braços e fingir que não está acontecendo nada, como muito de nós tem feito? A dependência química é uma questão de saúde, mas o órgão que deveria tratar disso não trata. A dependência química é vista como uma questão de segurança pública, e nós temos visto que precisamos dessa segurança. Aonde nós queremos chegar? O que nós queremos fazer? Eu defendo a criação de um centro multiprofissional de atendimento, que tenha um espaço para psicólogo, psiquiatra e outros. Acho que temos de estar juntos, de que ter orientação espiritual para dar a esse dependente químico. Nós precisamos disso, mas precisamos primeiro criar essas políticas públicas para tratar os dependentes químicos, para atender os que estão aí. E nós lidamos, diariamente. A Casa do Pai tem nove anos de existência, se houve algum tipo de recurso quer seja do Município, Estado ou Governo Federal, parabéns para Fazenda Esperança que está recebendo. Se tivesse algum tipo de incentivo, nós estaríamos gratos; mesmo que fosse pouco, porque nós precisamos. Talvez o que vocês não entendam é a nossa luta. Sabe quanto custa um preso para o Estado? Aliás, um preso no Brasil custa, em média cinco salários mínimos para o Estado. Sabe quanto o Estado tem investido em prevenção e recuperação de dependentes químicos? Nenhum centavo! Como nós queremos dar uma solução para esse problema, se não investimos? Não há um investimento por parte do Estado, para aqueles que precisamos de recuperação, não existe como fazer isso. Nós propomos um convênio entre as comunidades terapêuticas que existem aqui, que são: Fazenda Esperança, AGAPÃO, Casa do Pai e alguns programas que fazem recuperação ou prevenção para que nós possamos fazer algo. Concordo com o que disse o Joaquim Ruiz, se o Estado tiver interesse em atender essas pessoas tanto as mulheres quanto os adolescentes é só falar com uma dessas instituições que já existem, que ele ia ver um meio de atendermos esse pessoal. Quero aqui deixar a minha proposta.

Quero chamar todas essas pessoas que passaram pela Casa do Pai, para que eles possam lhe conhecer. São poucos. Quero que vocês olhem para esses homens, que há alguns dias estavam no crime, estavam dando trabalho para as suas famílias, mas hoje estão aqui, voltaram para as suas famílias, para a sociedade. Estão produzindo para a sociedade, são profissionais, pais de família, homens de respeito, porque lhes foi dada oportunidade, foi dada a chance de recuperar. Muitos aqui já tinham perdido a esperança, mas lhe foi dada a oportunidade de recuperar. Não estou dizendo que nós temos o melhor trabalho aqui, mas fazendo um trabalho, como outros com uma AGAPÃO, na qual sei ter bastante número de pessoas recuperadas também, bem como a Fazenda Esperança. Então, eu queria mostrar para vocês que existe uma problemática, mas também existem resultados. Não importa de qual forma vai ser feita a recuperação, o importante é que a recuperação exista e chegue a quem precise. Eu quero encerrar com uma passagem que Jesus falou: “Estive doente e não me visitastes, tive fome e não me destes de comer, tive sede e não me deste de beber, estive preso e não fostes me ver”. E os discípulos perguntam para Jesus, quando foi que nós te vimos assim Senhor? E ele responde: Cada vez que você atendeu um daqueles que precisava. Então, é esse o nosso papel aqui. Se a casa é do povo, eu penso que o povo tem de dar uma resposta para os que precisam.

A Senhora Presidente (Angela Á. Portela) – Obrigada pelo trabalho realizado.

Convido o Psiquiatra do Centro Psicossocial/CAPS – Doutor Mário Sérgio Loures Carlo de Oliveira.

O Senhor Psiquiatra do Centro Psicossocial/CAPS, Doutor Mário Sérgio Loures Carlo de Oliveira – Bom-dia! Eu estou prestando atenção em tudo, e muito do que penso já foi exposto. Eu questionei o JR por não ter a Casa da Mãe. Tem de ter também. Alguns pacientes dos que passaram aqui eu já conheço, os quais são atendidos no CAPS por uso de álcool ou drogas. A gente sempre defendeu o seguinte, não existe uma ação única, um único suporte que vai resolver a questão do dependente químico, é uma questão multiprofissional. São várias coisas que fazem uma pessoa se tornar dependente químico um dia. Eu tento explicar isso em questão, e uma maneira bem simples: se você chegar a uma tribo indígena com um indígena que tem pouco contato com o ser humano, algum curumim vai pedir Danoninho? Não! Ele não conhece o Danoninho, ele não teve contato, ele não sabe o gosto, e é assim que funciona a dependência química o qualquer substância. O que eu recebi de convite era para auxiliar em medidas públicas no combate à droga e no tratamento do dependente químico. Acho que isso é o foco atualmente, não tem outra maneira que não seja prevenir, evitar que uma criança ou adolescente entre em contato com a droga, se não prevenir a partir do momento que teve contato... Certas drogas tem um grande poder de adicção como o crack e outros derivados da cocaína. Se não evitar o contato, depois, o tratamento fica cada vez mais difícil, pois, quanto mais tempo usando, mais resistente vai ser. Então, um paciente chegou aqui... Quando eu estava consultando um paciente, eu disse: “se você for parar para refletir em relação à sua vida, vai ver que você não faz falta para ninguém, nem para a pessoa que está próxima de você, desde que começou a fazer uso das substâncias, porque você não produz em casa, não passa nada de positivo para os seus filhos, não trabalha, não contribui para a sociedade.” A princípio parece que eu estou sendo indelicado e contribuindo para piorar o problema, mas não; é assim que ele se sente, ele sofre mais do que as pessoas que estão próximos dele. Ele é que está naquele beco sem saída, então, se não tiver uma medida eficaz para que o tratamento ocorra, ele não vai sair da dependência química fácil. Uma coisa que a gente tem dificuldade é agilizar o processo de tratamento do paciente. Às vezes, ele chega no CAPS e quer se tratar, diz que quer se internar. Daí eu pergunto, onde? Sendo que as vagas do CAPS já estão ocupadas com outros pacientes. A gente funciona o tempo todo com todos os leitos cheios e temos que nos desculpar com o pretenso paciente, dizer que não temos vagas para internar e vamos fazer um acompanhamento todos os dias, até que a vaga surja. Dentro de quatro dias, em média, a gente consegue internar essa pessoa, porque não é só a dependência química, mas também o risco social. E está sendo ameaçado de morte, e pode acontecer de, naquele dia que ele for para a rua, morrer. Então, nós temos que tentar, ao máximo agilizar o processo de internação do paciente. Não é só medicar o paciente que vai ficar tudo bem, é criar uma barreira física, ele não pode se encontrar com a droga, se a droga chegar até ele, vai consumir. A partir do momento em que se interna o paciente no CAPS ou no HGR, ele fica sedado com diazepam, clonazepam ou rivotriun, dorme, não usa drogas e está em um ambiente protegido. Ele ficou medicado naquele momento, mas foi uma medida de curto prazo. A partir daí, a gente tem que ter um lugar para direcionar o paciente,

não sou adepto a 100% de comunidade terapêutica, também não sou adepto a 100% a clínica medicamentosa, tem que ser um conjunto. Então, vejo como sendo de suma importância, primeiramente, a prevenção, evitar que uma criança ou adolescente chegue até a droga, e, em segundo lugar, a partir do momento que o paciente procura tratamento, tentar otimizar o mais rápido possível, tentar evitar que esse paciente se exponha a um risco maior e se frustre cada vez mais com várias tentativas que não deram certo. Se foi até o CAPS e não conseguiu, voltou a usar drogas, ele vai ficar cada vez mais frustrado e se estigmatizando como um fracassado. Então, acelerar um processo de internação em algum local é importante. Naquele momento que a pessoa procura é que nós temos que pesca-las, não adianta deixar passar e dizer para voltar no outro dia, a pessoa se sente enrolada, vai pensar que ninguém está nem aí para ela. Então, deve-se chegar o mais rápido possível ao processo de internação. Outra coisa: estava vendo uma reportagem sobre adolescente em casa de recuperação para menores infratores. Havia uma experiência que ensinava a esses jovens alguma profissão, cursos técnicos mesmo, de mecânica, artesanato, cabeleireiro e outros. Dentre os que fazem curso, o índice de remissão é muito pequeno, mostrando que, se alguém tem uma perspectiva para o futuro, tem algo a perder, não vai colocar esse algo a perder em jogo. Se não tem perspectiva de futuro, não tem jeito, a pessoa volta a fazer uso da droga para esquecer um problema da vida ruim que está levando. Por mais que a gente encare o dependente químico como falei, dizendo que ele é incômodo para a sociedade, ele é o que mais sofre, pois não quer estar naquela situação, e a situação a qual está tão ruim que ele procura a fuga da sociedade na droga. Hoje se fala muito em sustentabilidade, não tem porque pensar. Eu penso em um centro de tratamento químico, onde tenha o psiquiatra, o terapeuta ocupacional, o educador físico, o psicopedagogo, o professor para alfabetizar alguns que não sejam alfabetizados. Precisa também do apoio das igrejas. Esse centro poderia ser sustentável. Se você consegue devolver à sociedade o gasto que está tendo com ela, se você bota um dependente químico para plantar uma horta e leva as verduras para a casa do vovô, esta se beneficiou. O paciente que plantou vai lá, leva o produto que plantou, volta a se integrar na sociedade e não fica estigmatizado como alguém que desce para o Beiral. Eu falo para os meus pacientes que quem vai para o Beiral está hipnotizado à procura das drogas, não é só no Beiral que tem drogas, mas é o mais conhecido.

Se você cria um centro de tratamento sustentável onde consiga devolver para a sociedade o gasto que o governo está tendo, você não encara como gasto, e sim como um produto devolvido para vários setores. Pode ser para as escolas, por meio da merenda escolar, frutas e verduras para os hospitais e para outras instituições, seria algo que poderia estar afastando essas pessoas das drogas. Por exemplo, as pessoas que estão na Fazenda Esperança fazem cestas para vender como forma de resgatar o dinheiro gasto lá, mas a sociedade não vê dessa forma... Então, eu acho que um centro sustentável com várias atividades de sustentabilidade interligadas, como um açude, uma criação de vaca para tirar leite ou outras pequenas criações, hortas, etc, é útil, para devolver à sociedade aquilo que estão produzindo e até o gasto que estão tendo lá. A medida do Lessa, que levou um paciente para a propriedade dele, foi um gesto de boa ação, assim como outros do bloco C que precisam passear um pouco. Mas isso não é uma política pública, é mérito dele fazer isso. A gente tem de pensar que, se não tomar cuidado agora, a tendência é piorar cada vez mais.

Fui a uma audiência como testemunha e conversei com a Juíza. Nunca vi um cão farejador falhar na tarefa de achar uma droga, desde que ele seja treinado. Nunca vi um cão farejador aqui em Roraima, não sei se tem... No BOPE eu sei que tem. Se não tiver a prevenção não tem como inibir aquilo. Se você não tiver como agilizar o processo, você, às vezes, perde um paciente que estava naquele momento, mas se perdeu em algum momento. Então, se não tiver sustentabilidade naquilo que está se fazendo, se não tiver prevenção. A tendência hoje é que mais pessoas se tornem dependentes do que saíam da dependência. Se continuar, só vai ter dependente, não vai sobrar ninguém. Resumindo, se não tiver políticas públicas voltadas para a otimização do processo de internação, de forma que o dependente se sint útil para a sociedade e para ele mesmo, acho que o processo se torna falho. A gente não pode pensar em centralizar em um ponto só, mas a rede toda tem que atingir esse paciente, e pode utilizar de todos os recursos. Muito obrigado!

A Senhora Presidente (Angela Á. Portela) – Obrigada pela explanação.

Convido o Representante do Governo do Estado de Roraima e Secretário de Estado, Justiça e Cidadania, Doutor Josué dos Santos

Filho.

O Senhor Representante do Governo do Estado de Roraima e Secretário de Estado, Justiça e Cidadania, Doutor Josué dos Santos Filho. – Bom-dia a todos! Quero parabenizar a Excelentíssima Presidente, Deputada Angela Portela, pela brilhante iniciativa, o Deputado Soldado Sampaio, autor do Requerimento de realização de audiência pública para tratar deste tema, bem como a Mesa como um todo, na condição de Presidente do Conselho Estadual de Ações Antidrogas. E as ilícitas. Seria bom que não houvesse essa separação, porque droga é droga, não temos que qualificar como lícita e ilícita, porque do que se gasta na repressão, fosse gasto 10% na prevenção, talvez tivéssemos uma situação muito melhor, e nem estivéssemos aqui nesta audiência. Quero dizer que nós estamos. Vim me propondo a falar outras questões, mas, como bem frisaram os autores desta audiência, será mais propositiva, e é sobre isso que vou proferir. Nós temos, dentro da Secretaria de Justiça e Cidadania, o Conselho Estadual de combate a drogas, do qual não vou me referir a gestões pretéritas, por não ser o caso. Esse Conselho está atuando e uma das primeiras medidas que tomamos foi mudar. Conversamos com a Governadora Suely, ela acatou e já assinou o Decreto, já é real, não é promessa, já existe, nós mudamos a composição desse Conselho, para dar uma representatividade social, principalmente aos que labutam nesta área. Hoje, nós temos a representação religiosa da sociedade civil nesse Conselho. Estamos agora discutindo o critério de representação para o respaldo das entidades que trabalham especificamente com esse tema. Estamos criando, incentivando, porque não podemos criar a implantação do Conselho nos Municípios. Na medida em que os membros do Conselho e os auxiliares se dirijam ao Município, levam o kit de criação e implantação, a mensagem à Câmara Municipal e o Estatuto. Enfim, todo o regimento para que a parte burocrática seja logo ultrapassada. E, à medida que estamos nos Municípios, estamos atuando também nas escolas, distribuindo cartilhas e proferindo palestras, porque o Conselho não se restringe apenas à questão das traças políticas, é tanto de repressão quanto de prevenção ao uso de drogas ilícitas e lícitas. Quero comunicar aqui que já está em minhas mãos e será encaminhado brevemente um Projeto de Lei que institui no âmbito do Poder Executivo, a Política Estadual sobre drogas e outras providências. Hoje, não existe no Estado isso. O conselho conversou com a Governadora Suely e está autorizado a brevemente, enviar esse projeto para a Assembleia. Todos vocês que têm interesse em discutir, provavelmente, serão convidados pela Comissão que irá discutir esse Projeto de Lei. Aí sim, nós vamos ter possibilidade de fazer o que todas as entidades aqui reclamam. Vamos ter oportunidade de estabelecer convênios para que o Governo do Estado possa repassar não só para uma ou duas entidades, mas para todas as entidades que labutam nesta área, que são em torno de doze. Não só com relação à droga, mas também com outras medidas, porque, como alguns aqui são testemunhas, nós já convidamos várias dessas entidades para ir à Secretaria, e várias já estiveram conosco lá, onde falamos que, independente de Lei, pois o trâmite desse projeto demanda um tempinho, nós já estamos trabalhando uma forma legal de fazer esse convênio para que o Governo do Estado possa repassar determinado valor, para que esse trabalho possa ser realizado com mais qualidade, mais intensidade e possa atender o maior número de pessoas. Eu sou partidário e alguns de vocês podem comprovar que sem a participação da sociedade e das pessoas, o Estado não vai resolver, porque tem inúmeras atividades, atribuições e prioridades, das quais quem trata, infelizmente, ainda não é a sociedade, mas vamos trabalhar para isso. Já estamos fazendo algo, como falou o Darkson, se não me engano, com relação ao sistema carcerário. É verdade, o Brasil, hoje, tem a terceira maior população carcerária do mundo, algo em torno de 600 mil presos e, brevemente, nos tornaremos a segunda. E, oitenta por cento dessa população é consequência das drogas. Aqui em Roraima, temos, na cadeia feminina, quase 100% das mulheres que estão lá foram presas em função das drogas, muitas delas injustamente. Porque é inadmissível uma pessoa pegar dez, doze anos de cadeia por estar com dez ou quinze gramas de maconha ou sei lá o quê. Como digo, temos acesso à entrada e à saída do sistema prisional, mas quem tem a chave não somos nós, é o Poder Judiciário e a sociedade, a qual, como vocês sabem, é plural, não basta ter vontade, tem de obedecer à Lei. Mas, brevemente, acho que os Deputados irão dar uma grande contribuição, legitimando todas as pretensões e reivindicações de vocês para que possamos ter uma Lei, a partir da qual possamos legalizar definitivamente, essa parceria do público com o privado e as organizações sociais. Quero relembrar que o Governo Federal todo ano faz o chamamento para as organizações sociais aderirem recebendo os convênios, mas, infelizmente, muitas entidades nossas que prestam relevantes serviços não preencheram, não preenchem, ou simplesmente

não se habilitaram para receber esses recursos. Portanto, fica aqui o recado se vocês precisarem do apoio da nossa secretaria, porque sei que é burocrático e pesado, mas, infelizmente, é lei e isso não podemos esquecer. Os membros do Ministério Público, a quem aproveito para saudar, cobram muito para que façamos algumas medidas e nos dão dez, quinze, vinte dias, mas, quando vão se estabelecer alguns critérios ou se fazer alguma coisa, exige-se e burocratiza-se muito, dificultando nossa atuação. Mas, sem a fiscalização nós não teríamos como ter o controle sobre nossos recursos. Então, o que tínhamos, a princípio, para colocar, seria isso. Lembrando que vai estar à disposição de vocês, a partir de hoje, se quiserem dar alguma contribuição. Acredito, no entanto, que isso vai partir da Assembleia. Assim que esse Projeto de Lei der entrada na Casa, que estabelece e reconhece todas as parcerias que atuam nessa área. Obrigado.

A Senhora Presidente Angela Á. Portela – Obrigada, Doutor Josué. Fico bem feliz com sua notícia de que já tem um projeto para analisarmos e, em seguida, aprovarmos. Agora, vou chamar, para fazer uso da palavra, o responsável pela Fazenda Esperança, Senhor Luciano de Figueiredo Simão.

Aproveito o momento para cumprimentar a senhora Verônica Silva Oliveira, diretora do DPSE do SETRABES e membro do Conselho antidrogas.

O Responsável pela Fazenda Esperança, Senhor Luciano de Figueiredo Simão – Bom-dia a todos! Quero agradecer pela iniciativa desta Casa, parabenizar a todos os envolvidos nesta audiência e, em especial, ao Senhor Deputado Evangelista Siqueira, que está aqui conosco. Gostaria de parabenizar o ex-deputado Joaquim Ruiz pela iniciativa de dar o pontapé inicial da Fazenda Esperança no Estado. Primeiramente, queria deixar bem claro, como já foi falado, que a comunidade terapêutica é bem diferente de uma clínica de recuperação e funciona. Sou um dependente químico que, durante onze anos, teve a vida afundada nas drogas, destruindo não somente minha vida, mas a de toda minha família. Na época, quando busquei ajuda, fui encaminhado à Fazenda da Esperança. Morava em Boa Vista, mas fui para a Fazenda da Esperança em Manaus, porque, em 2007, ainda não tinha Fazenda da Esperança aqui no Estado. Entrei em janeiro de 2007 e saí em janeiro de 2008, a meta é um ano. Não sendo obrigatória, mas essa é a meta. Particpei de todas as atividades dentro da Fazenda Esperança. Não entrei para a droga porque meu pai batia na minha mãe e nem porque tinha uma família desestruturada. Muito pelo contrário, sempre tive de tudo, amor de pai, de mãe, da minha família, uma família bem estruturada, mas, infelizmente, fui por esse caminho. Na Fazenda da Esperança encontrei meu lado espiritual, pois a gente precisa muito do lado espiritual durante o tratamento, é uma parte essencial nesse tratamento. Lá pude fazer o tratamento que inclui trabalho, convivência e espiritualidade. Como estava na droga, perdi a vida durante onze anos, esqueci de estudar e interrompi minha vida social, mas, dentro da Fazenda da Esperança, dentro da obra, estudei, pois têm uma parceria com uma Universidade do Amazonas, pela qual ministram o supletivo dentro da Fazenda. Concluí meu ensino médio e, em janeiro de 2008, ingressei na faculdade onde me formei em Engenharia Elétrica. Hoje sou habilitado em telecomunicações. Trabalhei na Rede Amazônica por sete anos como engenheiro e construí toda a vida que tenho hoje. Há oito anos limpo e fora das drogas. Senti a necessidade, em meu coração, de dar de graça por tudo o que recebi de graça. Por isso, hoje, sou responsável pela Fazenda da Esperança, no Estado de Roraima, há nove meses, como voluntário. Não estou por salário, nem para benefício próprio, estou simplesmente por um ato de amor ao meu próximo, do mesmo jeito que fizeram por mim há oito anos. Então, o que coloco para os senhores é que o resultado está aqui e já foi mostrado por muitas pessoas hoje. Acredito que a Casa do Pai, a AGAPÃO, e todas as outras entidades envolvidas nesse tipo de tratamento acreditam que levantar estruturas não é o caso, pois a estrutura já está montada, o que precisa é só um olhar de amor para as instituições que já estão trabalhando. É preciso um investimento na área de saúde, é preciso profissionais psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, técnico em enfermagem, pois acredito que a solução está na mão de todos. Acho que a única coisa que basta é a gente se unir em um simples propósito. Não vim aqui para pedir dinheiro nem para pressionar o Governo, de maneira alguma, pelo contrário, o que a Fazenda da Esperança precisa é de apoio, nós só temos o apoio do Governo Federal, do Governo Estadual e Municipal, infelizmente, a gente não tem. Temos também o apoio do Poder Judiciário, que nos acompanha fazendo visitas e dando o apoio que podem. Então, minha reivindicação é para conseguir este apoio que falta, para devolvê-lo à sociedade, que precisa da nossa instituição. Temos de fazer esses jovens se sentirem úteis como lá na Fazenda, onde temos uma padaria, cuja reestruturação foi doada pela ELETROBRÁS e onde fazemos biscoitos e diversos pães. Temos, ainda,

uma fábrica de sabão artesanal. Esses produtos é que mantêm a Fazenda. Fazemos nossas vendas nas portas das igrejas, pois temos todo o apoio da igreja católica, onde vendemos nossos produtos. Esses produtos também são oferecidos às famílias dos dependentes. Então, lá, cada jovem se sente útil, porque a produção de tudo o que eles fazem chega aos seus familiares também. O que precisamos, na Fazenda, é de uma doação ou empréstimo de máquina agrícola ou de suporte para que possamos produzir e gerar renda. É para isso que a Fazenda da Esperança está aqui, pedindo um suporte, não para pedir dinheiro ou pressionar ninguém. A gente não quer o peixe, queremos a vara para pescar. Nosso pedido é que as instituições e o governo nos deem os recursos para dar continuidade a esse trabalho que, há 32 anos, vem dando certo. A de Roraima já existe há cinco anos. Já foram mais de 70 mil jovens recuperados em todas as Fazendas do Brasil. Portanto, esse é o nosso pedido, abram os olhos e nos apoiem, não só a Fazenda da Esperança, mas, todas as outras instituições que estão engajadas nesse único propósito. Obrigado!

A Senhora Presidente (Angela Á. Portela) – Obrigada pela contribuição e parabéns pelo excelente trabalho que vocês realizam.

Quero agora chamar, para fazer uso da palavra, um dependente químico que se inscreveu. Ele é arquiteto paisagista, o Senhor Rodrigo Magesck.

O Senhor Rodrigo Magesck, Arquiteto e Paisagista – Bom-dia a todos! Meu nome é Rodrigo Magesck, sou nascido no Estado do Espírito Santo. Não é nada fácil para eu estar aqui agora, pois passei essa noite usando drogas. Primeiro, gostaria de agradecer a Deputada que me recebeu muito bem. Gostaria de agradecer a Marta, que foi muito gentil comigo. Quero dizer a vocês que sou um profissional na área de arquitetura há dezoito anos, já fiz trabalhos que, provavelmente, 99% de vocês já viram na televisão aqui em Roraima. Já fiz trabalhos que as pessoas viram no mundo inteiro. Se vocês virem uma foto minha de oito meses atrás, me virão vinte quilos mais gordo. O mais natural, na minha situação, sempre foi tentar esconder isso das pessoas que me contratam para fazer seus projetos e executar suas obras, mas chega um ponto em que não dá mais, sozinho não dá, não tem como. Tenho ajoelhado e pedido a Deus para que me desse coragem de estar aqui hoje falando. Por três dias seguidos, procurei a Deputada para que me desse a oportunidade de estar aqui e falar. Escrevi muita coisa para dizer aqui. Gostaria de me dirigir ao Coronel Egberto, que está aqui hoje como autoridade policial, e dizer que acredito, senhor, em submissão, obediência, humildade, autoridade, honra e atitude. Fui criado em cima desses conceitos e gostaria de saber do senhor por que a polícia, quando desce no beiral, desce com carro e fardada? Se o senhor me der a mão e sair comigo agora, nós vamos atravessar a rua e comprar droga aqui em frente, na praça. Não é mais só no beiral. Se você tiver dez reais, você sai para comprar pão e eu para comprar droga e voltar aqui. Quem você acha que chega primeiro? Então, gostaria de perguntar ao senhor por que o senhor não tira a farda e desce comigo, que eu vou lhe apresentar 40 traficantes. Se você for lá fardado, o traficante vai gritar “olha a chuva” e sai todo mundo correndo. Outro dia, voltei lá de madrugada para comprar droga, uma viatura estava no meio do beiral, outra não sei onde e filas de carros nas imediações para comprar droga, esperando a polícia sair. E não tinha um único traficante lá. Não acredito que a polícia não saiba disso que estou dizendo. Quería saber por que não desce lá e prende o cara que me tira o sono e tira o sono do meu pai, da minha mãe e rouba meus sonhos? Estou aqui hoje dando minha cara a tapa, para dizer a todos que eu quero e vou sair, eu quero e vou conseguir sair. Por favor, não tenham dó de mim, não sou nenhum coitado, sou uma pessoa que caiu em uma desgraça, sou profissional na minha área e quero retribuir àqueles que me derem à mão. Como meu colega falou há pouco, tudo aquilo que eu receber de graça vou dar de graça. Já recebi convites para trabalhar em outros países. Tenho convite de duas empresas para trabalhar aqui em Boa Vista e não fui trabalhar porque não posso ser desonesto com eles nem comigo, sei que não vou dar conta. Por isso, quero pedir às autoridades vigentes que, por favor, me ajudem. Fui procurar uma casa de passagem, não vou citar o nome das pessoas, e falei que não tinha mais dinheiro para pagar o hotel. Cheguei a ficar nos melhores hotéis da cidade sem atrasar nenhum único dia. Quando atrasei um dia, me colocaram para fora. Estou sem sapato, estou de sandália, porque meu tênis caro troquei por droga. Fui a esta casa de passagem e relatei o meu problema para a Assistente Social, falei, estou passando por isso e por aquilo, mas quando eu cheguei à noite para dormir, não deixaram eu entrar e, aí, eu fui usar mais drogas, porque eu bati na porta das pessoas que eu achei que iam me ajudar e elas fecharam as portas para mim. Então, não tem ideia para ser discutida, o que tem que ser feito é agir. Quando a pessoa me contrata para fazer um projeto, eu não recebo

se eu não fizer. Aquilo que as autoridades estão recebendo para ser feito, façam, é só fazer. Senhor Coronel, por favor, responda as minhas dúvidas, eu preciso de vocês, de todos. Obrigado!

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Nós que agradecemos Senhor Rodrigo, pela contribuição. Pode ter certeza de que o Senhor será abraçado e acolhido. Gostaríamos que as coisas mudassem, sim, para melhor.

Quero chamar, para fazer uso da palavra, o Senhor Coronel da Polícia Militar Egberto Carlos Lima.

O Senhor Representante do Comandante da Polícia Militar e Coordenador Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas, Coronel Egberto Carlos Lima, PROERD – Bom-dia! Respondendo ao amigo que perguntou porque a polícia vai fardada ao beiral. Eu acredito que o nome beiral já é uma discriminação ao bairro que se chama Caetano Filho. A Polícia Militar faz policiamento ostensivo e preventivo fardada, é a nossa atribuição constitucional. A Polícia Civil trabalha sem farda, justamente a polícia investigativa, que faz o trabalho da polícia judiciária, por isso todas as vezes que a Polícia Militar vai atuar, ela atua com viaturas personalizadas, caracterizada, seus integrantes fardados, com uma atribuição constitucional.

Na pessoa da Presidente da Mesa, Deputada Angela, quero saudar toda a Mesa, cumprimentar aos Excelentíssimos Senhores Deputados presentes, ao público que vem aqui para ouvir a gente, em especial ao Pastor da AGAPÃO, o pessoal da Casa do Pai, da Fazenda Esperança. Conheço algumas instituições de perto, outras de longe, e a gente entende, enquanto Programa Educacional de Resistência às Drogas, que se precisa fazer alguma coisa de concreto, não de palavras, papel, mas sair do discurso para os elitistas e passarmos a fazer. Como o nosso amigo que precisa de ajuda, muitas outras pessoas também precisam e elas não vão esperar 60, 90 dias, um ano, para que se edite uma lei e se trabalhem recursos, mobilizem equipes que façam alguma coisa. Como bem disseram alguns aqui, eu trabalho com o Programa Educacional de Resistência às Drogas, PROERD, e temos crianças de nove anos usando drogas. Isso é um absurdo. Qualquer pessoa em sã consciência, e eu sou pai, iria querer que isso realmente não estivesse acontecendo. Trabalhamos nas escolas desde o ano de 2000, efetivamente. Oficialmente, foi com a implantação do Programa nas escolas estaduais de Roraima em 26.03.2001. Oficialmente, temos 15 anos de existência. Nesses 15 anos, trabalhamos com mais de 70 mil crianças, devido nossas deficiências estrutural e pessoal, pois poderíamos ter atendido 200 mil crianças. Eu acredito em que, antes de eu ir para casa. Se eu quiser, posso ir ao final deste ano, mas a causa, para mim, é nobre. Eu não sou candidato a nada, meu trabalho com relação às drogas é no sentido de, se eu puder, dentro do meu trabalho, fazer com que, dentro desse universo de inúmeras crianças, uma que seja chegue aqui e diga “eu não vou usar drogas”. Eu estarei feliz com isso. A polícia é estigmatizada e, por conta dos remotos tempos da ditadura militar, tem sofrido discriminações diversas, porque aquele que fiscaliza aquele que cobra, que prende que faz o cidadão cumprir as leis, não vai ser bem visto por ninguém. Eu sou instrutor da Academia de Polícia, fazemos um trabalho pelo qual as pessoas nos veem como inimigo, na maioria das vezes, mas nos veem assim porque o que sai na imprensa é morte, agressão, abusos. Esquecem de que a Polícia Militar do Estado de Roraima, bem como todas as polícias do Brasil, tem um programa excepcional, fantástico, que trabalha com as crianças nas escolas, ensinando-as a elas a dizer não às drogas, dizendo o que faz cada uma dessas drogas no organismo das pessoas. Lógico que o policial não vai para a sala de aula. Eu não peguei aquele policial no meio da rua e o coloquei na sala de aula para falar sobre drogas com as crianças. Esse policial passa por uma qualificação, no qual adquire conhecimentos na área pedagógica, didática, para saber se relacionar com essas crianças dentro das escolas e nos seus níveis etários. Hoje temos dez policiais militares trabalhando incansavelmente na prevenção, cada um deles com 11 turmas, para que, no final do ano, conseguirmos atender 100% da rede estadual. Estamos falando das escolas estaduais, ficam em segundo plano, as escolas municipais do nosso Estado, porque não temos convênios. Gostaríamos muito de estar com um efetivo bem maior. A Deputada Lenir, quando estava na Secretaria de Educação, chorava com a gente na formatura do PROERD, sabem o que estamos falando. Vocês que são pais e mães que já tiveram seus filhos no PROERD sabe o que estamos falando. Diferentemente do que a sociedade pensa do policial militar, de uma forma geral, as crianças idolatram meus instrutores. Por quê? Já tivemos relatos. Desculpem a emoção, não é falsidade, policial também chora. Tivemos uma situação de um instrutor que, ao terminar a aula, falando sobre o programa, a criança chegou, encostou perto dele e perguntou: Por que o Senhor

não é o meu pai? Essa criança se sentia ferida pela droga, porque o pai era um camarada alcoólatra, batia na mãe dela. O PROERD não é só dancinha, no dia a dia convivemos com inúmeras situações de abusos, dos mais diversos possíveis. Já tivemos uma situação, em uma escola, de uma criança, pela confiança que tem no instrutor do PROERD: Não fazemos por desmerecer esta confiança, tratamos da melhor forma possível, e damos a atenção que ela merece. Incluindo os órgãos que tem competência também de fazê-lo, o nosso trabalho é interdisciplinar, envolve um multiprofissionalismo. Essa criança disse o seguinte, depois da aula: “Instrutor, eu fui abusada sexualmente pelo meu pai”. Sabe o que significa isso? O pai era usuário de drogas. A gente deve entender realmente como doença, porque grande parte dessas pessoas que fazem uso das drogas não teve essa preparação que hoje estamos trabalhando nas escolas, de dizer para ele o que faz a droga. Isso não significa que nós, enquanto Programa Educacional de Resistência às Drogas ensinamos o que são as drogas e seus efeitos que o cidadão não vai usar. Estamos dando uma informação a ele para que possa dizer sim, se quiser, e não se souber em que está se metendo. Todos falaram da questão da prevenção e repressão. Para cada real investido na prevenção, temos 6, 7, 8, 10 reais investidos em repressão. O Programa Educacional de Resistência às Drogas tem a proposta preventiva de fazer com que criemos um fundo para esse Programa. Não é para mim, nem para os instrutores, é para a sociedade, pode ser gerido pela própria sociedade organizada, tal que esse Fundo assegure cursos de especialização a esses instrutores, cursos complementares, assegure a questão das cartilhas que são entregues às crianças e todo material envolvido no programa. Mas, que tenha exatamente aquela segurança de que o material vai existir naquele ano para que a gente possa aplicar nas escolas. O PROERD atua hoje com palestras em toda rede estadual de ensino, e municipal também, com convênios. Temos convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Roraima. Existe um convênio entre as duas partes. Atuamos com palestras em todos os níveis. Temos o programa voltado para crianças, 3º e 4º ano, por meio de instrução de lâminas com ilustrações. As crianças gostam das ilustrações, fica mais fácil trabalhar. Temos o curso PROERD para o 5º e 7º ano do Ensino Fundamental, com cartilhas específicas para esse trabalho. Já está em fase de estudo no Estado de Minas Gerais, um dos centros de capacitação que fazem a revisão das cartilhas, para que, no próximo ano, tenhamos a cartilha para o Ensino Médio. Também temos o curso do PROERD para os pais. Até hoje, só conseguimos implantar esse curso para os pais na Fundação Bradesco, que é uma escola particular. Para o curso dos pais, exige-se o voluntariado, o pai não precisa ser usuário, se for também não tem problema, mas ele precisa ser voluntário para participar do curso. É um curso feito em cinco lições, em cinco sábados, porque os pais trabalham e não podemos atrapalhar. O curso PROERD para o 5º e 7º ano é feito em dez lições. O custo do Programa é infinitamente menor que o grau e os resultados que ele oferece à sociedade, de forma geral. O meu amigo Janjão, a Socorro, fizemos parte juntos do Conselho Estadual antidrogas, foi daí que conheci o pastor da AGAPÃO. O Janjão, o programa dele, e duas meninas que trabalham com ele fizeram parte do PROERD e todas as vezes que fizemos formaturas, nas redes sociais, nós recebemos advogados, promotores, policiais. No ano passado, no final da formação de 600 policiais militares, tivemos o ingresso de 10% de alunos do PROERD e desses 10%, 3%, hoje estão formados como instrutores do PROERD. A primeira proposta seria a criação de um Fundo para a questão das drogas e a segunda proposta é para que estabelecêssemos um intercâmbio com a Universidade Federal de Roraima, para que pudéssemos fazer uma pesquisa mais profunda sobre o que o PROERD tem feito, nesses 15 anos, à sociedade roraimense. Muito obrigado!

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – É realmente apaixonante o trabalho de vocês. Quero chamar, para fazer uso da palavra, o Doutor José Ruyderlane Ferreira Lessa.

O Senhor Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, José Ruyderlane Ferreira Lessa - Senhora Deputada, a OAB louva a iniciativa desta Casa. Deputado Sampaio, isso reflete a preocupação da sociedade com essa questão tão grave. Aproximadamente há uns dez ou quinze anos, discutia-se uma doença muito grave no nosso país, que era a AIDS. Essa doença estava tão distante da gente que jamais imaginávamos que um dia ela fosse tão presente na vida de cada um. Quero fazer aqui um paralelo desta doença com a questão da dependência química. A dependência química é uma doença que mata e mata muito. É uma doença que mexe com as famílias. Hoje, passado todo esse tempo, dizia-se que, se você não tivesse alguém na sua família com AIDS, com certeza teria alguém muito próximo de você.

O que acontece hoje com as drogas, Senhores? Se não tem uma pessoa da família que está com esse problema, um amigo bem próximo, com certeza, vai estar. O exemplo foi do ilustre ex-deputado Joaquim, o qual é o drama, que é o drama de diversas famílias. Quero dizer que a OAB também está preocupada com isso. Tivemos a oportunidade de estar na Fazenda Esperança, vimos o trabalho deles, acompanhamos mais de perto a Casa do Pai. O que chamou minha atenção nessas casas é exatamente a confiança que existe entre aqueles que vão procurar ajuda e os coordenadores que estão lá. É uma coisa realmente emocionante. O que poderíamos propor, neste momento, enquanto OAB, pela observação que fizemos aqui? Há diversas ferramentas, o PROERD, o Conselho, as Casas de recuperação, o Hospital Geral, mas, para a sociedade, o que parece é que cada um está puxando a brasa para a sua sardinha. Em outras palavras, existem, realmente, ações que não trabalham conjuntamente. A nossa sugestão, pois acreditamos muito na questão sistemática, e que, talvez, se essas ferramentas fossem colocadas em um sistema no qual a prevenção tivesse consonância ou harmonia com a parte do tratamento, para que a gente tivesse realmente um retrato a respeito do que se faz efetivamente, provavelmente, poderíamos avançar um pouco. Sabemos que é uma situação muito complexa, não é fácil. Temos acompanhado e verificado que, em alguns momentos, as pessoas estão muito ansiosas para sair das drogas, mas quando retornam dos tratamentos para a sociedade, esta não tem instrumentos para acolhê-las. Eles não têm muitas alternativas e aí está o exemplo do rapaz que está pedindo socorro, porque, de fato, está necessitando de socorro. Aqueles que se emocionaram aqui, como nosso ilustre comandante que fala do PROERD, que considero um programa importantíssimo, efetivamente vivem, estão próximos desse drama social. A sociedade agoniza. Enquanto estamos aqui, é possível que nossos filhos, alguém próximo da gente esteja sendo atacado e levado para esse caminho quase sem volta. Diz-se, e eu acredito nisso, que a recuperação é uma coisa que começa, mas tem de ser permanente. A proposta que estamos colocando é que se crie realmente este sistema. Quero deixar registrado que, nesta luta, vamos precisar de todo mundo. Um mais um é sempre mais que um. Obrigado!

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Recebemos mais de 40 perguntas feitas pelo público aqui presente. Boa parte foi destinada à equipe de governo, umas aos Deputados, de maneira isolada e em geral, e aos membros da Mesa. Dado o avançado da hora, é impossível responder todas as perguntas, mas as sintetizamos, e vamos encaminhá-las para cada Deputado e juntá-las no relatório final da comissão a qual vai fazer um documento oficial destinado às autoridades, ao Governo do Estadual, Municipal e Federal. Nas perguntas, a preocupação é primeiro que o Governo estabeleça normas para criar uma parceria com as comunidades terapêuticas. A outra é a questão de a bancada de Deputados alocarem recursos no orçamento para essa política de prevenção. E outra pergunta que surgiu de maneira diferenciada, de um servidor da Segurança Pública, diz respeito a uma atenção especial, como um todo, aos seguradoras que lidam com esta questão. Quero agradecer as perguntas, são várias e não temos condições de responder de maneira individual, mas todas vão constar no relatório final. Vamos encaminhar a cada Deputado ou autoridade aqui presente, a quem foi direcionada a pergunta e esse Deputado ou autoridade vai responder. Aqui tem o e-mail e número do celular da pessoa que fez.

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Obrigada Deputado. Vamos passar a palavra aos Deputados.

O Senhor Deputado Jorge Everton – Bom-dia a todos! Não vou cumprimentar toda a Mesa, mas na pessoa da Deputada Angela, quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa e parabenizá-la pela atitude, junto com o Deputado Sampaio. Em especial, cumprimentar o nosso amigo Joaquim Ruiz, que deu um testemunho muito bonito e a gente acaba se emocionando, porque é uma realidade.

O tema Drogas é um tema bastante polêmico, e emotivo, principalmente para quem tem na família ou já teve essa dificuldade e passou por esse problema. Ele acaba gerando discussões, ideias polêmicas. Eu gostaria, aproveitando tudo que foi dito aqui por todos, de falar um pouco sobre repressão. Como sou Delegado de polícia, atuo há muito tempo na questão da repressão junto com os colegas policiais. Às vezes, a preocupação é se ocupar no Bairro Caetano Filho como se o problema do tráfico de drogas estivesse no Bairro Caetano Filho. Acho até um pouco preconceituoso, porque temos, no Caetano Filho pessoas de bem, trabalhadores, pessoas honestas e famílias honradas. Não são 100% do Bairro que vai atuar no crime, porque é um crime organizado. Eu me amparo em teoria sociológica, que é a teoria ecológica criminal, a qual mostra que, existindo na cidade um nicho de criminalidade, se a polícia atua na repressão direta, esse

nicho, vai migrar para outro ponto. Como falou muito bem, no seu depoimento, nosso arquiteto, não é só no Beiral, a cidade toda está contaminada. Nós temos de fazer um trabalho não só a nível municipal, nós precisamos do fortalecimento das fronteiras. Olha, o trabalho da Polícia Federal é tão bonito, mas, praticamente, não tem efetivo se você analisar a dimensão do nosso Estado. Eu não vou nem perguntar o efetivo atual, mas acredito que não dá para combater o tráfico da forma que ele está entrando aqui no Estado. Só existe droga aqui no país, porque passa pela fronteira. Então, a gente precisa de políticas públicas para cuidar do dependente, isso é essencial, é uma questão de saúde pública, mas a gente precisa fortalecer nossas fronteiras, evitando que novos jovens possam ser vítimas de uso de drogas, constantemente atrelado à violência. Eu fui Diretor da Penitenciária de Monte Cristo e, na época, o Deputado Coronel Chagas era o Secretário de Justiça e Cidadania. Nós fizemos um trabalho de repressão tal, que teve preso indo para o hospital com síndrome de abstinência de tão forte que é a dependência química naquele estabelecimento. Então, a gente precisa de políticas públicas para cuidar dessas pessoas? Precisa sim, mas precisamos da união no combate ao tráfico de entorpecente, fortalecendo a fronteira. Aqui nós temos uma tríplice fronteira. Nós não podemos simplesmente, Deputado Brito, culpar o Governo do Estado, o Município e as autoridades, nós somos corresponsáveis. Não me eximo dessa responsabilidade. Eu não estava aqui em legislaturas passadas, por isso não vou falar de legislaturas passadas, mas a minha posição contra tráfico de drogas é tão forte que, quando eu era Presidente do DETRAN, era membro do Conselho de Combate às Drogas. Nós adquirimos um projeto educacional e o entregamos à Secretaria de Educação, que abrangia toda a rede pública estadual, a partir dos nove anos. O projeto era chamado de “Melissa e seus amigos contra o monstro do craque”, porque já tinha essa preocupação. Não acredito na repreensão, acredito no trabalho conjunto para que a gente possa recuperar essas pessoas, dando oportunidade para elas e também combatendo o tráfico. Isso envolve uma grande questão que não é fácil, tanto que, há muito tempo, no Congresso Nacional, discute-se a legalização ou não do uso de drogas, e ninguém chega a um consenso, se é ou não é. Não é simples falar e emociona as pessoas que estão envolvidas, mas acredito que sim. Como temos aqui membros do Governo do Estado, temos nosso líder, podemos trazer essas ideias para um projeto e o Governo do Estado encaminhar para que a Assembleia aprove. Se ficar só no papel, no entanto, vão ser só palavras e palavras não resolvem o problema, precisamos de atitude, atitude para mudar essa realidade. Nós temos que buscar também a condição de contratar e aprovar no em concurso público, para fortalecer, junto à SESAU, porque estamos sem efetivo. Como bem falou nosso Comandante da PM, precisa de efetivo para esses policiais abnegados que estão trabalhando e apoiando esse Projeto Educacional. Precisamos fortalecer nossa fronteira. A gente precisa, sim, contratar os aprovados na saúde se quiser politizar a situação, porque existe a carência e eles passaram no concurso. Como o Deputado Brito já garantiu que, até julho, haverá a contratação, vamos acompanhar isso. Eu parabenizo a atitude dos colegas Deputados e sugiro que não fique só na Audiência Pública. Que possamos montar grupos de estudos permanentes e que não sejam só reuniões esporádicas, porque o nosso objetivo aqui não é político, é um objetivo de recuperação social, uma política permanente e envolve todos da sociedade civil organizada. Parabéns e muito obrigada!

O Senhor Deputado Izaías Maia – Bom-dia! Gostaria de pedir aos Parlamentares mais antigos que dessem uma resposta, porque durante todo esse tempo, nós que somos calouros desta Casa, eu, Deputado Jorge Everton e outros, os quais muita gente interpelou, se fôssemos de outra legislatura, responderíamos por que nada foi feito até hoje com relação ao mundo das drogas. Vários parlamentares do passado foram citados e não deram uma resposta. De tudo que falaram aqui, vou dar uma resposta em cinco minutos. Recursos públicos para ajudar as casas que já realizam esse trabalho de tratamento aos drogados e alcoólatras, não tem! Muita conversa e praticamente nenhuma atitude. Fé sem ação é morta. Só quem enfrenta as drogas e o álcool sabe o sofrimento, as lágrimas e dor são incontáveis e ninguém vê a solução. Recursos, dinheiro é a solução, mas parece que, até hoje, ninguém nunca viu. Já perdemos muitas vidas para as drogas, inclusive de crianças. Pais, mães, filhos choram a perda de seus entes queridos. Que seja um trabalho contínuo, que não pare. Sempre existirá drogado e deverá sempre existir casa de saúde para tratamento dessas pessoas. Prevenir, salvar, é melhor que jogar na cadeia, a sociedade unida aos drogados, aos alcoólatras, com apoio da classe política em geral, de governantes e autoridades, venceremos essa luta que tem o início, meio e fim. Não adianta tanta conversa e parar no meio do caminho. Que essa luta não seja abandonada, pois falar é muito fácil, mas

realizar não é para todos. Vamos à luta! Queria dizer às casas de saúde, que vivem sem recursos públicos, essa é a solução: recursos públicos, seja federal, estadual ou municipal, de qualquer lugar, são recursos que todos precisam. Então, vamos lutar, Senhores Parlamentares, de uma forma geral, por isso. Eu quero dizer que aqui sou calouro, assim como Masamy, Jorge Everton, estamos ouvindo, estamos aprendendo e vamos aprender. Esperamos que o Governo do Estado: Meu querido Deputado Brito Bezerra, Líder do Governo, leve esse pedido, esse desespero de famílias que estão com problemas de drogas para que, ou se consiga recursos para quem já faz esse trabalho, ou o Governo construa, imediatamente, uma casa de saúde. Porque, dizem que existem muitas prioridades. Crianças, pais de família, homens e mulheres morrendo no mundo da droga não é prioridade? Essa é a pergunta que fica no ar. Eu queria dizer, humildemente, que o nosso trabalho como Deputado Estadual colocamos à disposição de todos os parlamentares, representantes da classe, pessoal da Casa do PAI, AGAPÃO e todos esses locais. O meu gabinete e de todos os parlamentares estão à disposição, porque não sabemos o dia de amanhã. O bom filho de hoje, será o drogado de amanhã, ou poderá ser. Dizer, ah, isso é problema do João. Não! Porque o problema do João poderá ser o problema da Maria. O nosso trabalho na Assembleia e o nosso trabalho de televisão no Canal 28, Programa 40 graus e Barra Pesada, está à disposição, sem ônus. Para quem quiser fazer eventos, arrecadar dinheiro com nosso apoio, divulgaremos e não queremos nenhum real, podem ter a certeza disso. Vamos lutar contra a droga, contra o álcool. Unidos venceremos, pode ter a certeza, porque Deus é maior. Obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Boa-tarde! Gostaria de cumprimentar todos. Não vou citar nomes, devido o avançado da hora. A gente se afastou um pouco da reunião, porque a Assembleia funciona através de Comissões. Às vezes tem uma Comissão aqui e outra funcionando em outro lugar, tem outra na saúde resolvendo problemas, outra na educação, outra na Secretaria de Obras, cada Comissão tem sua responsabilidade, a qual é depois passada para todos os Deputados. Pedimos desculpas por não ter participado desde o início, mas agora estamos aqui. Ouvi muita coisa, estou aqui há vinte anos. Não precisa ser candidato nem político para acabar com as drogas nesse País nem nesse Estado. Afinal de contas a iniciativa das grandes Leis não é da Assembleia. A iniciativa das grandes leis que podem consertar muitas coisas, como a questão da maioria penal, que hoje se discute, não é política. Às vezes, esta aprova e quando gera despesa não tem nem direito de fazer emenda. Não vejo a questão das drogas como se fosse apenas um repasse de dinheiro. Conheço a Fazenda Esperança e sei que ela tinha convênio com o Estado. Eu mesma lutei muitas vezes e fui lá iniciar projetos agrícolas, levando técnicos da agricultura, tratores, repassando recursos de convênios e vi ali filhos de pessoas que não eram pobres, que passavam seis meses lá e no outro dia estavam na droga de novo. Então, vejo a questão com uma profundidade muito maior. A questão das drogas não é um privilégio do Estado de Roraima, é uma questão que não se combate no Brasil inteiro. É uma questão mais ampla, que tomou conta deste País. Nossas barreiras ninguém controla e não é a Polícia Militar que faz isso, não é sua função, como também não é função da Polícia Civil, não é função dos Deputados colocar nossos funcionários na fronteira para fiscalizar. Temos fronteiras imensas, sem nenhum controle. Todo mundo ali no Bonfim, quando não quer passar pela barreira, passa para o outro lado do rio em uma canoa e entrega a droga de carro. Você vai lá pro Jundiá, anda cinco quilômetros na BR-174 para receber a droga do Estado do Amazonas, do lado de lá. A fiscalização não é dos políticos, o político só é o mais acessível, dá acesso para todo mundo olhar na sua cara e dizer que não presta e que não fez nada. Todo mundo chega ao nosso gabinete, porque é de responsabilidade nossa, fomos eleitos pelo povo, temos de recebê-los. Ninguém sobe no gabinete de um juiz para olhar na cara dele e perguntar por que ele soltou aquele desgraçado? É difícil chegar lá. Então, nós somos mais abertos porque fomos eleitos pelo povo, representamos o povo. Mas, muitas vezes, passamos aqui três anos tentando alocar recursos para a Liga de Combate ao Câncer, colocava uma emenda e nada. A Dra. Magnólia peregrinando aqui com a gente e a emenda nunca saía. Porque as leis lá em cima impedem. Tem que ter registro não sei aonde, tem que ter certidão não sei de onde, tem de prestar contas se receber o dinheiro, senão não recebe mais. A emenda é a coisa mais fácil do mundo fazer, qualquer Deputado faz. Agora, o repasse da emenda tem um corolário de exigências, que não são nossas, desse tamanho. Queria dizer às instituições aqui presentes que nós conhecemos os problemas das drogas. Procurem se documentar, deixar suas instituições preparadas para cumprir as exigências das emendas. Fazer as emendas é fácil, não tem problema nenhum. O problema é a execução dessas emendas. Gostaria de dizer,

Secretário, que, na Lei que está vindo para esta Casa, já venha incluso o Fundo como sugeriu o Coronel Egberto. Se já estiver inserido na Lei, facilita muito, pois nós não podemos criar uma Lei, criar um fundo. Tem de vir na Lei do Executivo. É competência exclusiva do Executivo. Nós não podemos criar uma Lei. Se a gente for fazer uma emenda criando o Fundo, pode ser vetada lá porque não é competência nossa, é inconstitucional. A questão do fundo se resolve se vier criado, porque o aporte de recursos nós podemos fazer, uma vez por ano, quando a gente aprova o orçamento. Esse orçamento é de competência exclusiva do Executivo. Nós não podemos criar uma lei, criar um fundo. Tem de vir na lei do Executivo. Se a gente for fazer uma emenda criando, pode ser vetada lá, porque não é competência nossa, é inconstitucional. Então, a questão do Fundo, secretário, tem de vir criada, porque o aporte de recursos nós podemos fazer uma vez por ano quando a gente aprova o orçamento que chega aqui. Esse orçamento, sim, a gente pode mudar. Só tem algumas restrições, não pode mexer no recurso da saúde, nem da educação, nem do pagamento de pessoal. O que sobra a gente muda, mas precisa da existência do fundo. E eu estou pedindo, de antemão, que o senhor inclua nessa lei a criação do fundo. Queria dizer que leis para combater drogas é o que mais existe neste país. Nós já estamos fazendo lei para executar lei. Já estamos fazendo lei para obrigar a executar a Lei Maria da Penha. Nós já estamos fazendo leis para combater o alcoolismo. O álcool é uma droga lícita. Todo mundo compra. Eu vi aqui o Doutor Lessa falando da AIDS. Mas o alcoolismo é a terceira doença que mais mata neste país. É lícito. Todo mundo bebe. E é a porta de entrada para a AIDS, para a droga. Pelo menos 70% das pessoas usam drogas químicas, porque o álcool também é. Quando ele não encontra outra droga, volta para beber e não vejo ninguém preocupado com isso. O início de tudo é o álcool. Mata, porque está bêbado, bate na mulher, porque está bêbado; maltrata o filho, porque está bêbado e usa droga quando está bêbado. Então, é a terceira doença que mais mata neste país. 70% dos viciados são alcoólatras. 30% usam outras drogas; 15% da população deste país são dependentes de álcool. É a porta de entrada para tudo, é o começo de tudo. Eu fico me perguntando, Deputada Angela, por que tem uma criança de rua que não vai para o caminho da droga e os maiores crimes deste país são feitos por filhos de papai que usam drogas. Será que é só falta de dinheiro? Onde é que fica a família nisso tudo? A desestrutura familiar é motivada pelo álcool, muitas vezes. Às vezes, vem uma pessoa aqui pedir emprego. Tem uns que choram quando você arruma um emprego de vigia. Outros não querem, dizem que merecem coisa melhor. Têm pessoas com curso superior limpando o chão. A gente arruma emprego ele agradece e vai limpar o chão. Então, a questão da família: Vamos para a escola divulgar as leis que existem. Não é falta de lei. Eu ouvi o Izaías dizer para construir casas de saúde para colocar contraventores da lei. Se a gente não combater a raiz da questão... Então, eu me sinto culpada, faço minha parte, a gente corre, mas precisa de uma ação muito maior. A questão da droga hoje não é problema só de Roraima. Não se resolve com a Casa de Apoio. Eu tenho um levantamento. Se não me engano, tem nove entidades aqui que trabalham com essa questão da droga. A união de todo mundo, das pessoas procurarem legalizar documentação, porque o que nós podemos fazer aqui é na hora que tiver o fundo Secretário, se não tiver, nós vamos criar e vamos pedir para ninguém vetar. É para buscar esse aporte de recursos, mas não é só esse problema. A droga chega aqui de bicicleta do outro lado da Guiana. Chega a um quilômetro depois da fronteira com a Venezuela. Está bem aqui na Praça. É uma questão maior. Não é aumentando o efetivo da PM que vai dar conta. Até porque não vai estar na fronteira para dar conta de tudo isso. Então, é uma questão que preocupa não só a vocês. Não tem político aqui que queira estar levando dedo na cara, sendo acusado de relapso. Tem muita coisa que tem de ser discutida durante muitos dias, a legalização das entidades que realmente trabalham com essa questão. Legalizar para buscar recursos. Saber de onde vêm esses recursos. Eu fui relatora do orçamento no ano passado, do qual 90% dos recursos da segurança. Eu estou falando em Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, alguns com oitenta e tantos e outros com 90% destinado ao pagamento de pessoal. E eu mostro isso. Quem tiver interessado, a gente faz uma palestra outra hora. É só pagamento de pessoal. E eu fico olhando e dizendo onde é que nós vamos buscar? A gente mostra isso. É difícil! A nossa população está crescendo e os problemas também. As alternativas de combate são muitas. A gente precisa de forças de todos os lados. Estou pedindo às instituições que estão aqui para que a gente se organize com documentos. Dinheiro de Governo é bicho nojento, você só consegue se estiver legalizado, tem de atender as condições, tem de prestar contas. Não é nosso não é do nosso bolso; é do estado; é da União para

que a gente possa ajudar. Estou dizendo como pessoa. Eu tenho 37 anos como servidora pública neste Estado. Eu, às vezes, olho para o tempo passado e digo: Passou o meu tempo, será que eu consegui fazer alguma coisa? A luta não é só nossa, é muito maior. Eu tinha muita coisa para falar, mas eu não vou tomar mais tempo. Obrigada! Podem contar com esta Casa, mas é preciso que vocês estejam perto para conhecer até a gente pode cobrar. As leis existem aqui. Tem um monte aqui. Só eu, dei entrada umas cinco vezes, aqui na Assembleia, com relação à criança e o adolescente. Todos esses anos no combate ao alcoolismo, no combate às drogas. Ontem eu dei entrada numa lei aqui para criar o Disque Criança e Idoso, para alguém ligar e dizer onde tem algum abandonado. Onde tem um, na rua, sem pai. A gente faz essa parte. E nós estamos aqui, abertos para essa causa, que é de todos nós. Muito obrigada!

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Obrigada, Deputada Aurelina, sua contribuição é muito importante.

Quero passar a palavra para o Deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira – Senhora Presidente, membros da Mesa, pelo avançar do horário e também por já me sentir contemplado, em parte, pela fala da Deputada Aurelina, eu gostaria de, primeiro, parabenizar Vossas Excelências pela iniciativa de trazerem a abordagem desse tema. Eu sou professor da Rede Estadual e Municipal de Ensino e acompanho de perto, dentro do contexto da unidade escolar onde a gente está inserida, toda essa problemática da droga. A ponto de estar ministrando aula com alunos vindo das ruas, não foi sequer em Casa. E gostaria de ressaltar nesta fala que a gente, como professor, como unidade escolar, às vezes, está de mãos atadas. Por isso eu resalto a parceria importante e o grandioso trabalho do PROERD. Eu fui professor das séries iniciais e acompanhei em alguns momentos o trabalho do PROERD. Sei do valor que é primeiro, promover uma aproximação da escola com a família. Não é só lá na escola, ele tem um valor muito grande dentro da família. Eu posso dizer isso, porque quantas vezes nós fizemos, por meio da indicação do PROERD, uma reunião com os pais para discutir temas que o senhor abordou aqui, que surgem numa aula para discutir, trabalhar prevenção às drogas. Surgem temas importantes que envolvem o Conselho Tutelar e a gente chama a mãe, o pai, e vai discutir. Ou seja, a polícia se aproxima mais da comunidade e passa a ser parceira, como uma polícia amiga. Eu sou prova disso e parabenizo o importante trabalho desenvolvido pela Polícia Militar. E dizer que essa problemática da droga teve testemunhos muito importantes como o da Sandra, do ex-deputado Joaquim, do Rodrigo, que nos trazem, em primeiro lugar, a humanidade de lutar para combater esse mal de destruição das nossas famílias. Enquanto legislador, tenho dever de abraçar causas como essas. Também parabenizo as comunidades terapêuticas aqui presentes. AGAPÃO, a Casa do Pai e, de modo especial, a Fazenda Esperança, a qual acompanho mais de perto, já fui visitar. Temos um pouco de parceria nesse contexto, também, pelas atividades militares. Parabenizar pelo excelente trabalho. Às vezes, vocês fazem mais que o Estado, de um modo geral. Quando digo Estado, eu me refiro à governança, de um modo geral, neste país. Fico muito feliz quando o secretário Josué traz esse projeto, essa intenção do Governo do Estado. E desde já, quero declarar o meu apoio e o meu voto a um projeto que venha a esta Casa no sentido da valorização, de ser a nossa gota d'água nesse universo perverso das drogas, das nossas crianças e jovens, que destrói a nossa família. Muito obrigado!

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Obrigada, Deputado Evangelista!

Passamos a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Obrigada, Deputada Angela! Quero cumprimentar a Mesa em nome de meu amigo valente Deputado Sampaio, lutador dessa causa. E quero pedir desculpas, Deputado, a vocês pela nossa ausência, nós tivemos de nos ausentar, mas estamos aqui falando da nossa necessidade de ter saído. Mas a Deputada Aurelina, Deputada Angela, falou quase tudo aquilo que a gente queria ouvir. Ela falou com muita propriedade. Eu estava vendo em rede nacional um delegado de polícia, salvo engano, no interior de Minas, vendendo drogas a uma determinada que teve duas ou três prisões, e o juiz, em outra hora, mandou soltar. Eu acredito que é um problema de todos; um problema do povo do Brasil. Não é só da justiça, nós temos de enfrentar como um problema familiar. As pessoas que interpretam a lei, que são os magistrados, têm de ter a consciência e a responsabilidade de quando um representante da lei, um investigador, deter uma pessoa, ter pelo menos a consideração de saber por que aquela pessoa está sendo conduzida, ao invés de soltar, pois desestimula, desmoraliza a justiça e as coisas não acontecem. Eu digo isso, porque nós temos que atacar pelas fronteiras. O

nosso país tem uma extensão territorial muito grande, coberta de fronteiras. E lá, quando um determinado delegado prende, o juiz não procurou saber de onde veio aquela pessoa e o que ela estava fazendo. Então, eu acredito que esse é um problema nosso. Nós temos que enfrentar, temos que ter um Projeto educativo, olhando pelo vizinho, olhando pelo parente, olhando por aquelas pessoas que precisam de uma mão amiga no ombro. Muitas vezes essas pessoas têm facilidade, mas existem outras que, infelizmente, são mais resistentes. A droga, infelizmente, já tomou o domínio. Mas nós estamos aqui, Deputada Angela, prontos a ajudar, no que for possível fazer. Estamos nos oferecendo para esse embate, essa guerra. Não é um problema da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. É um problema do Estado de Roraima. Um problema do Brasil e um problema de todos aqueles que vivem como cidadãos neste Estado. Então, quero me juntar a Vossas Excelências e todas às autoridades presentes, naquilo que for possível a gente fazer. Nós estamos dando a nossa contribuição para o Estado de Roraima. Era isso que eu queria falar para a senhora e parabenizar por essa coragem. Vamos ver se esse discurso vai para o papel e vamos à luta. Um degrau que a gente descer é uma conquista para o futuro. Obrigado e parabéns!

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Nós que agradecemos, Deputado, pela sua participação.

Quero passar a palavra ao líder do Governo, Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Boa-tarde a todos! Em nome da Deputada Angela Águida e em nome do Deputado Soldado Sampaio, quero cumprimentar toda a Mesa e parabenizá-los por essa audiência. De tamanha importância é esse assunto para todos nós roraimenses, como disse a Deputada Aurelina, para todos nós brasileiros. Mas, diante da complexidade que é a questão das drogas, eu gostaria de falar sobre dois pontos, que são cruciais: a prevenção e repressão ao tráfico de drogas. E a prevenção ao uso das drogas. Quero parabenizar o PROERD. Já assisti a palestras quando meus filhos estudavam no SESC. Na época, eu assisti a palestras. Quero parabenizar todas as comunidades terapêuticas, em nome da Fazenda Esperança. Eu sei do brilhantismo, do trabalho, do esforço e do quanto não tem ajudado o poder público para que se realize com Excelência esse trabalho. Quero também parabenizar o meu amigo Darkson Mota, que é ex-usuário de drogas. Há um ano, ele me procurou oferecendo esse seu trabalho brilhante. Em um livro, ele retrata a sua vida quando era usuário. Eu li e recomendo a leitura para todos nós. Liguei para ele e pedi para que trouxesse alguns exemplares, os quais eu pudesse distribuir às pessoas que fossem em meu gabinete. Eu entendo que o pai e a mãe de família, o cidadão, que ler esse livro, tenha consciência do quanto é danoso à saúde e à família o uso das drogas. Ele pode orientar os demais e passar essa mensagem à frente, aos pais e mães de famílias que trabalham a questão da conscientização.

Mas aqui quero, Deputada Aurelina, Senhoras e Senhores Deputados, todos aqui presentes, dizer que, na questão do combate às drogas, sobretudo o tráfico, eu não quero acreditar que um Estado com 15 municípios, com apenas três barreiras, não consiga erradicar as drogas. São menos de 500 mil habitantes e nós não conseguimos avançar muito. Como é que a Paraíba, com 284 municípios, existe como instrutora de Estado. Nós temos 15 municípios e não temos como erradicar o problema das drogas aqui. A Polícia Militar com seu efetivo trabalhando ostensivamente. A Polícia Civil no trabalho de investigação e repressão com parcerias, com as polícias da União, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, já que é um problema de nosso país. E nós estamos em fronteira com o Corpo de Bombeiros, com a sociedade organizada, com as comunidades terapêuticas. Nós podemos erradicar o problema das drogas em Roraima. Agora a pouco, um usuário disse aqui que, se sair daqui com 10 reais para comprar pão e para comprar drogas, ele volta, Deputado Chico Guerra, com a droga muito mais rápido do que o pão, porque ela está na nossa calçada. Segundo ele, é aqui na Praça do Garimpeiro, um monumento à história de Roraima, onde têm dois, três traficantes vendendo droga na calçada do Poder Executivo e do Poder Legislativo. E denunciou na tribuna desta Casa, que é a caixa de ressonância da sociedade. Um usuário, que disse: venha, que eu lhe levo lá. Falou com um Coronel da Polícia Militar, para Deputados Estaduais e todos que estão aqui presentes. Nós precisamos, sim, trabalhar, de maneira forte, brava, um enfrentamento na repressão ao tráfico de drogas em nosso Estado. O bairro Caetano Filho é o foco da distribuição de drogas. Ele falou aqui e eu presenciei ontem à noite aquele movimento de carros, 10h30min da noite. E me disseram que ia tudo para o Beiral comprar drogas. Eu sei que o problema disso não está no Beiral, porque lá não se fabrica drogas. Mas lá se distribuem as drogas. E se nós sabemos onde está a distribuição, através daquele pequeno traficante, nós chegamos ao grande.

E o grande nós temos que enfrentar com força. Do jeito que ele destrói as nossas famílias, nós temos de destruí-lo também. O enfrentamento tem de ser de igual para igual. O Estado fala em nome do seu povo e tem que enfrentar. Eu quero responder ao Deputado Izaías Maia, que é calouro, e perguntou àqueles que estão aqui em outras legislaturas. Eu estou aqui na segunda legislatura, Deputado Izaías Maia. Eu também, muitas vezes, tenho essa indignação. Por que não foi feito pelo Poder Executivo? Por que será que não foi feito pelo Poder Legislativo? Esta Casa sempre se pronunciou, sempre esteve enfrentando esses problemas, sendo a caixa de ressonância da sociedade. Mas, no pleito passado, eu mandei uma indicação para o Governo e ele não me atendeu. Não meu deu uma só resposta. Eu era da oposição, eu tinha que ficar apenas nesta tribuna usando a Assembleia Legislativa, que é a Casa do Povo. E neste Governo, agora, eu mandei a mesma indicação que mandei, nos outros. A criação de clínica para tratar dependentes químicos de drogas lícitas e ilícitas. A Governadora determinou de imediato, que fosse feito um trabalho, um projeto de lei para ser enviado para esta Casa. Está aqui o Secretário de Justiça e Cidadania, falando em nome da Governadora. Já tenho o desenho do projeto e aqui falta o fundo. Deputada Aurelina, a senhora falou com razão, precisa ter um fundo para que os recursos sejam destinados. E através da Secretaria de Bem-Estar Social, que tem um projeto para fazer convênios com as comunidades terapêuticas. Mas precisa de recursos. E através desse fundo, nós podemos sim colocar os recursos necessários. É por isso que eu estou do lado desse governo. Vou ficar do lado desse governo e vou trabalhar com toda a minha força para que nós possamos atender todos os segmentos e, não só nesse, atender as necessidades e mandas da nossa gente.

Portanto, Deputada Angela, Senhoras e Senhores Deputados, esta Casa Legislativa tem a obrigação de, assim que chegar esse projeto, debruçar-se e aprová-lo para que os recursos cheguem às comunidades terapêuticas e o Estado possa fazer a sua parte. Cobrar da Polícia Civil e da Polícia Militar uma parceria com a União, com o município, para trabalharmos no combate e repressão às drogas e fazer o enfrentamento de igual para igual com esses traficantes, porque eles destroem e matam as nossas famílias, inserindo essa droga maldita em nossas casas e até na calçada dos Poderes.

O Senhor Deputado Izaías Maia – Deputado, só lembrando ao senhor que quem perguntou e falou que os políticos não tinham feito nada em outras legislaturas foi o povo. Eu só fiz lembrar. O povo acha que não tem conhecimento do que o senhor fez. Eu queria pedir esse documento para divulgar na televisão e levar ao conhecimento do povo.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua – Deputado Izaías Maia, vai ter agora em suas mãos. E, Vossa Excelência, sempre que eu falar, falo em nome do povo, porque eu fui eleito para isso. Eu agradeço, inclusive, a oportunidade de divulgar esse documento. Sei do compromisso de todos que aqui estão, do compromisso que nós temos. Vamos juntos trabalhar para conseguir erradicar esse grande mal, que é a droga no Estado de Roraima. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Passamos a palavra ao Deputado Chico Guerra.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Senhora Presidente, pessoas aqui presentes, eu queria começar dizendo que esta Casa sempre olhou esse problema com os olhos de avião. É um problema que aflige as famílias, que vai fundo na formação daquilo que o homem deve ter, que é o caráter. Nós sabemos que existem as crianças que usam drogas, mas elas usam drogas em cima de uma logística perversa montada pelo traficante. Eu venho assistindo no canal 34 da GLOBOSAT. Está lá: Pablo Escobar, Senhor do tráfico. A gente vê o quanto é difícil o Estado lutar contra esse tipo de organização, devido ao poder econômico deles. Mas é possível. Como? Enfraquecendo o tráfico. E aqui é muito fácil. Como disse o Deputado Brito, são 15 municípios. Aqui cada um sabe onde tem boca de fumo. Tem que ir lá, quebrá-las todos os dias, prendem todos os dias. Quero ver se eles aguentam seis meses. Não aguentam! E um trabalho desses não fica caro para a Polícia Civil, porque eles sabem onde é. A minha proposta é um programa voltado para dentro, para o Estado de Roraima, com a Polícia Rodoviária, agora que vai aumentar o efetivo. A Polícia Rodoviária agora não tem um sistema de formação ainda. Poderia usar o da Polícia Civil, pois não tem um serviço de inteligência funcionando. Então, vejamos bem, temos que fazer um programa no Estado com a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Polícia Militar. A polícia sabe onde é que está a boca de fumo. Quebra todo dia, que eu quero ver se não acaba com isso. Acaba ligeiro com esse mal tão perverso, que prejudica a nossa família. A governadora quando veio apresentar o plano de trabalho dela para esse ano, falou que ia construir um Centro de Recuperação para usuários de drogas. Vamos cobrar dela todos os dias, cobrar de nossos líderes,

cobrar que ela cumpra aquilo que disse na campanha. Que, pelo menos, comece a parte física e o treinamento das pessoas que lá irão trabalhar. Portanto, não dá mais para ficar com o Estado do jeito que está. O Coronel falou que, para cada um real gasto na prevenção, estamos gastando cerca de dez na recuperação dessas pessoas. Então, daria para o Estado fazer isso, tendo em vista o número significativo de pessoas nessa situação. Essa é a minha proposta, fazermos uma política nossa, do Estado. Se fizermos bem feita, no máximo, em dois anos, o País todinho estará vindo aqui aprender conosco, porque, no Brasil, não se produz droga, a droga produzida no Brasil é menos de 1% do que se consome. Toda droga vem de fora. No Rio de Janeiro não se produz nenhuma grama de cocaína, no entanto, o Rio se tornou um dos maiores centros de distribuição de cocaína. Então, se fizermos um trabalho para dentro do Estado, sem sombra de dúvida, teremos sucesso muito grande nessa luta contra o tráfico e contra as drogas.

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Deputado Chico Guerra quero agradecer por suas palavras, Vossa Excelência é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e, com certeza, vamos continuar a estender esta Audiência, que começou de forma pública, pela Comissão da Família, da Educação, de Saúde, de Segurança, principalmente, a Comissão que o Senhor preside junto ao Deputado Sampaio, para que possamos ter outra realidade.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Há três mandatos, fiz uma Emenda para a Fazenda Esperança de duzentos mil reais, para comprar uma condução grande, mas, infelizmente, ficou engatado na SEPLAN até o último dia do mandato do Governador e ele só liberou parte do dinheiro para que fosse adquirida a condução. Como ele não liberou o dinheiro todo, a verba teve de voltar para o Governo.

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – É a mesma coisa que a Deputada Aurelina falou com relação à Liga do Câncer. Eu quero pedir desculpas e corrigir uma falha minha. Quando me referi à Senhora Nádia Soares, eu me referi como Coordenadora, mas ela se apresentou e é representante. Ela está representando a Coordenadora. Então, aceite as minhas desculpas e a minha retificação.

A Senhora Inspectora da Polícia Rodoviária Federal, Verônica Santos de Albuquerque – Boa-tarde! Serei bem breve. Durante toda esta Audiência tem se falado muito em repressão em relação às fronteiras. Até foi dito que a Polícia Rodoviária Federal chega a apreender determinadas coisas e não dá atenção à questão das drogas. Na verdade, não é bem isso. Quero agradecer esta oportunidade em poder falar um pouco sobre a atividade da Polícia Rodoviária Federal. Nós temos um efetivo muito pequeno em nível de rodovias. Temos, aqui, seis rodovias federais, onde temos de atender aos usuários, àqueles que residem e trabalham ao longo dessas rodovias, ensinando, orientando, reprimindo todo e qualquer tipo de crime, inclusive as drogas. Nós estamos enfrentando várias situações. Também temos um trabalho de inteligência, só que, como eu disse, o efetivo é muito pouco e tem muita coisa para trabalhar, mas temos feito um bom trabalho. Temos, hoje, uma oferta de cem policiais. Até seis meses atrás, tínhamos cerca de sessenta policiais, divididos entre trabalho administrativo e efetivo de pista, para dar conta de tudo, fiscalizar seis rodovias federais. Então, é impossível que tenhamos condições de estar nas três fronteiras fazendo a repressão. As mesmas dificuldades encontram a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Federal com relação a isso. Eu costumo dizer sempre: só olhamos para nossos umbigos. Digo isso na minha casa, para os meus filhos. Costumamos sempre achar que isso aqui está bom pra mim, o resto não importa. Não é assim que funciona. O Trabalho do PROERD tem sido maravilhoso. O Senhor falou Coronel, que, se tiver uma pessoa que diga uma criança que diga que não vai usar drogas, o senhor ficaria muito feliz. Então, o Senhor vai ficar muito feliz, pois eu tenho três filhos já adultos que estão em faculdades, casados, com filhos, e passaram pelas mãos do PROERD. Disseram e dizem até hoje que não usarão drogas. Já tenho um neto fazendo isso também. É um trabalho maravilhoso, que nos ajuda muito como país. É nesse ponto que quero frisar. Se, ao invés de nós batermos boca, procurarmos verbas e algumas coisas para corrigir o problema da droga o tempo todo, pois não vamos resolver o problema da droga nas fronteiras, fazendo toda essa repressão. Vamos resolver os problemas das drogas quando investirmos, de fato e de direito, na educação, no ensino. Quando botarmos, como disciplinas regulares, o combate ao uso do álcool, das drogas, colocando o álcool como porta de entrada às drogas, o qual destrói muito mais famílias que muitas outras drogas. Como é lícito, todos consomem e ninguém quer vê-lo como droga. As propagandas estão aí abertas. Costumo dizer que, se não tiver quem compre as drogas, não haverá traficantes, não será necessária a repressão. Então, se fizermos um trabalho de educação e prevenção, desde a alfabetização até ao término do ensino médio, não

vamos ter quem compre drogas, não teremos mais famílias destruídas por conta das drogas e aí teremos muito mais trabalho a fazer em outras áreas e poderemos fazer um trabalho muito mais bonito. Muito obrigada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero dizer que me sinto feliz por estarmos fazendo esta Audiência. Fizemos outra na gestão do Presidente Guerra. A mesma discussão, as mesmas contribuições e, ao fazer esta, hoje, convidei o Darkson, o J. R. Lessa e ele disse: Sampaio, será que iremos chegar a algum lugar? Será que dará certo? Eu disse que se não der resultado, faremos outra, pois uma hora a gente consegue avançar. Fizemos as nossas indicações para o Governo passado. Infelizmente, não avançou, mas, neste Governo, já houve alguma resposta. O Deputado Brito, representante do Governo, Doutor Josué já trouxeram algo de concreto aqui. Quero de público, reafirmar o meu compromisso em continuar insistindo nessa luta com todos vocês. Vamos para dentro, Darkson. Nunca houve uma Audiência, que se registre, com tanta participação popular. Temos aqui mais de 50 perguntas, feitas às lideranças, aos convidados. Vamos degravar toda esta Audiência. Vamos formatar um documento que será encaminhado às autoridades. Boa parte dele será contemplado dentro dessa proposta de políticas públicas antidrogas no Estado de Roraima, vamos ver o que é possível. A Assembleia pode fazer parceria com o PROERD, reproduzir a cartilha para distribuir, pois, às vezes, o PROERD tem dificuldade até para imprimir um material. Doutora Helena é possível nós pegarmos o nosso corpo jurídico e documentar uma entidade como Casa do Pai, AGAPÃO, Fazenda Esperança e outras. Vamos transformar em interesse público, ou seja, esta Casa tem estrutura, tem um corpo jurídico, tem um corpo técnico, são boas iniciativas que nós podemos adotar. Tem a sugestão do Darkson sobre a Fazenda Bamerindus. Vamos ver como podemos fazer uma parceria com essas entidades. São enes iniciativas que podemos ter como políticas concretas, além do combate direto por parte da Polícia Rodoviária Federal, por parte da Polícia Civil, da Polícia Militar, aos traficantes. Eu concordo com o Deputado Brito, aí é outro tratamento, aí é um tratamento de choque mesmo, para afastar essas pessoas do nosso Estado, afastar esses traficantes, penalizá-los. Ele tem consciência do que está fazendo, ele luta por isso, luta contra os danos causados às nossas famílias. Esse tem que ser um tratamento diferenciado, não temos de temer não, não temos que fugir desse embate. Então, era isso. Fico feliz por este momento e espero que nós possamos nos reunir daqui a uns meses para colher os frutos concretos dessa audiência do dia de hoje.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Deputado, quero sugerir, pois faço parte dessa Comissão também, que tão logo o relatório fique pronto, com as mesmas entidades que estão aqui, pudéssemos fazer uma reunião aqui na Sala de Reuniões, para discutirmos o conteúdo do relatório, darmos conhecimento dos encaminhamentos. Nesse momento, a Assembleia, como sugeriu o Deputado Sampaio, poderia estar passando, para cada instituição, uma forma que a gente tenha de poder ajudar a legalizar, tornar essas instituições aptas a receber o recurso orçamentário do Governo. Talvez, neste momento, pudéssemos fazer isso. Temos que tornar o que tiver de ser de utilidade pública, o que tem que ser feito, pra podermos legalizar logo isso. Então, Deputado, gostaria de solicitar que, após a conclusão do relatório, pudéssemos chamar as mesmas pessoas para darmos conhecimento do relatório e do encaminhamento dessas decisões. Obrigada.

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Deputada, eu agradeço. Realmente, é importante, já que a nossa Audiência Pública vem com essa roupagem de propositiva, de realmente, mostrar um resultado efetivo. Como nós conversamos ainda há pouco, vamos trabalhar a quatro mãos, com essas entidades e com as Comissões de Educação, Saúde, Direitos Humanos e Segurança. Nós faremos, daí, uma Audiência conjunta, convocando todas essas pessoas para que possamos continuar o trabalho. Eu quero passar a palavra para a representante do SETRABES, a Senhora Ana Alice.

A Senhora Representante do SETRABES, Ana Alice Monteiro – Só queria dizer que em 2011, houve uma Audiência com propostas que foram consolidadas. Com esta Audiência de hoje, nós poderemos consolidar todas as propostas de 2011 e 2015 para que tenhamos um plano que deva ser de curto, médio e longo prazo. Essas políticas não são fáceis. Vamos trabalhar com educação, vamos trabalhar com saúde, vamos trabalhar com o social, com todas essas comunidades terapêuticas. Não podemos deixar isso em branco. Eu sou militante nessa área há muito tempo. Apesar de estar representando o Governo, eu acredito muito em que as propostas de 2011 têm de estar consolidadas com essas propostas aqui. Nós temos que, realmente, verificar o que andou o que não andou o que podemos melhorar, para estarmos tendo uma proposta pé no chão, pois não podemos sonhar com algo que fica difícil de realizar. Então, essa é uma proposta e tenho

certeza que a Secretária Emília irá concordar em que toda a equipe esteja contribuindo nessa caminhada, que é uma caminhada que não é fácil. Tem um provérbio japonês que diz assim: “o que é costumeiro no tolo é esquecer, nas horas cruciais, o que prometera nas horas normais”. Então, hoje, cada um de nós tem que sair com uma definição. Não está no papel, mas temos que ter determinação, persistência, ousadia e bom senso sobre o que iremos fazer, porque eu estou dentro de uma escola, também, à noite, e, em frente à Escola Caranã, chamamos sempre a polícia. A Ronda no Bairro está todos os dias lá, pois há uma turma de traficante que não é fácil. Estamos carentes em educação de jovens e adultos. Nossos jovens, nossos pais, mulheres que são chefes de família, estão lá estudando, querendo melhorar, mas o consumo de drogas tem sido muito grande em frente às escolas. Esse é o meu recado e tenho certeza de que poderemos através da Secretária Emília Campos, através da SETRABES, contribuir nesse processo. Obrigada.

A Senhora Presidente (Angela Á. Portella) – Os assuntos estão interligados, uma situação acompanha a outra e, infelizmente, precisamos estar discutindo essas ações. Poderíamos estar discutindo outras situações, mas estamos debatendo a questão das drogas, abuso sexual de crianças e adolescentes, redução de maioridade penal, mas chegaremos lá, brasileiro tem fé. No dia 19 deste mês, estaremos fazendo outra Audiência Pública onde trataremos do tema “Um Grito pela Vida contra o abuso, a exploração e o tráfico sexual de crianças e adolescentes no Estado de Roraima”. Por isso, convido a cada um de vocês para que possam estar presentes, discutindo esse assunto, pois, como disse, um tema está totalmente entranhado no outro. Gostaria que vocês estivessem aqui e, depois, na Comissão que estamos formando, discutirmos sobre os assuntos. Quero agradecer a cada um de vocês que participaram desta Reunião e sairão daqui com esse sentimento de uma missão que colocamos na nossa vida, como objetivo a ser cumprido. Um grande abraço a todos e muito obrigada.

Alcançada a finalidade da Comissão Geral, dou por encerrada a Audiência Pública e retomo os trabalhos na fase em que se encontravam.

Passamos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 19 de maio, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, MasamyEda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio e Valdenir Ferreira.

ATAS DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 030/2015.

Palácio Antônio Martins, 19 de Junho de 2015.

Edital de Convocação nº 001/15

Convocamos os Senhores Parlamentares, membros desta Comissão Especial Externa, Deputados: **Brito Bezerra, Ângela Âguida, Francisco Mozart e Izaías Maia** para reunião extraordinária desta Comissão, datada para o dia 24 de Junho do corrente ano, às 16 horas, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, para que seja arguido o **Senhor Marcelo Magalhães Nunes**, indicado pela Chefe do Poder Executivo, para ocupar o Cargo de Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima- IACT, conforme Mensagem Governamental nº020, de 22 de Abril de 2015.

Atenciosamente,

Dep. Soldado Sampaio
 Presidente da Comissão

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO N.º 029/2015, REALIZADA NO 17 DE JUNHO PARA DELIBERAÇÃO DO PARECER AO SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002/15.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às onze horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas deste Poder, reuniu-se extraordinariamente

a Comissão Especial Interna, criada por meio da Resolução n.º 029/15, para analisar e proferir parecer ao Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição n.º 002/15, de autoria do Deputado George Melo e Vários Deputados, que, “Acresce dispositivos normativos, em especial a Seção VII no Capítulo I do Título V, bem como o Art. 110-A e parágrafo à constituição do Estado de Roraima, tratando sobre a compensação financeira aos Municípios onde haja exploração de recursos hídricos com o fim de geração de energia elétrica”, composta pelos Senhores Parlamentares: George Melo; Presidente, Oleno Matos, Vice-Presidente, Lenir Rodrigues, Relatora, Brito Bezerra e Marcelo Cabral, Membros.

Abertura: O Senhor Presidente solicitou a Secretária desta Comissão proceder à verificação de quorum, havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a reunião, solicitou à Secretária da Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão, para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros presentes na reunião. Expediente: Não houve. Ordem do Dia: Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição n.º 002/15, de autoria do Deputado George Melo e Vários Deputados, que, “Acresce dispositivos normativos, em especial a Seção VII no Capítulo I do Título V, bem como o Art. 110-A e parágrafo à constituição do Estado de Roraima, tratando sobre a compensação financeira aos Municípios onde haja exploração de recursos hídricos com o fim de geração de energia elétrica”. Relatora Deputada Lenir Rodrigues, parecer favorável ao Substitutivo. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer da Relatora foi aprovado por unanimidade na Comissão. Encerramento: Às onze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierre, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

George Melo
 Presidente da Comissão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO
 FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE

Em 17/06/2015

EDITAL DE CONVOCACÃO Nº003/15

Convocamos os Senhores Parlamentares, que compõem esta Comissão Mista: **Aurelina Medeiros, Ângela Âguida Portella, Chico Guerra, Dhiego Coelho, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto** para reunião Extraordinária, no dia 23 de junho (terça-feira) às 15h, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, para apreciação e deliberação do Projeto de Lei nº 024/15 que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, e dá outras providências.

Dep. Coronel Chagas
 Presidente